

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KARINA SCHUH REIF

**EM LIBERDADE:
NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES COM EXPERIÊNCIAS DE
ENCARCERAMENTO**

Porto Alegre
2016

KARINA SCHUH REIF

**EM LIBERDADE:
NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES COM EXPERIÊNCIAS DE
ENCARCERAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Porto Alegre
2016

Ficha Catalográfica

R361e Reif, Karina Schuh

Em Liberdade : Narrativas Biográficas de Mulheres com
Experiências de Encarceramento / Karina Schuh Reif . – 2016.
88 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho.

1. Mulher. 2. Prisão. 3. Liberdade. 4. Narrativas Biográficas. 5.
Estigma. I. Santos Filho, Hermílio Pereira dos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KARINA SCHUH REIF

**EM LIBERDADE:
NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES COM EXPERIÊNCIAS DE
ENCARCERAMENTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Dr. Hermílio Pereira dos Santos Filho

Examinadora: Dra. Rochele Fellini Fachinetto

Examinador: Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Porto Alegre
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elisete Schuh Reif e José Carlos Fantinel Reif, pelo apoio e incentivo de sempre, assim como meu irmão, André Schuh Reif. Ao meu orientador Hermílio Santos sou grata pela confiança, estímulo e principalmente pela paciência com que ensinou e refletiu junto comigo sobre os temas deste trabalho. Agradeço aos integrantes do grupo de pesquisa com quem aprendi e troquei muitas experiências. Destaco a colega Kamila da Silva de Almeida Ludwig, como de grande importância nessa trajetória, bem como as parceiras desde os primeiros dias de aula, Flávia Panazzolo, Ângela Ribas, Caroline Souto e Maralice Fernandes Xavier, que formaram comigo um verdadeiro grupo de ajuda e companheirismo.

A meus amigos que compreenderam minha ausência, bem como Marcelo Muszkopf, que também me ajudou na fase final da dissertação. A todos os professores que auxiliaram dentro e fora de sala de aula com indicações, recomendações, especialmente Fernanda Bittencourt Ribeiro e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo pela leitura atenta ao texto de qualificação e pela grande contribuição e debate sobre o assunto da pesquisa. Da mesma forma, agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me beneficiou com bolsa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP).

RESUMO

A presente pesquisa analisa vivências de liberdade de mulheres no período posterior à prisão. Por meio da abordagem metodológica de narrativas biográficas foi possível identificar os principais temas presentes nos discursos que permeiam a vida em liberdade após período de encarceramento. Foram realizadas entrevistas biográficas com sete mulheres com passagem por uma penitenciária em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sendo que a entrevista de Marilene é analisada de maneira sequencial e as demais avaliadas de forma global, seguindo o modelo de análise de narrativas biográficas desenvolvido por Gabriele Rosenthal. As narrativas biográficas evidenciaram principalmente três aspectos. O estigma de ex-presas, expresso tanto de maneira latente quanto de forma manifesta nos relatos biográficos de Marilene e das demais entrevistadas, é um deles. O segundo aspecto é o reforço de papéis de gênero, utilizado como uma das formas para atenuar a imagem de egressas do presídio. O terceiro aspecto enfatizado nas entrevistas e analisado neste trabalho é o caráter corretivo que as egressas atribuem ao sistema prisional. Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para a compreensão das experiências de liberdade após um período de encarceramento. Narrativas biográficas apontam que a análise de períodos biográficos anteriores, como o próprio encarceramento e as experiências anteriores a ele, podem contribuir para a compreensão da maneira como a liberdade é vivenciada.

Entre os resultados do trabalho está a constatação de que, pelo menos, a amostra pesquisada não confirma a lógica trabalhada por parte dos autores de que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”. As considerações levam ao entendimento de que as presas entrevistadas querem uma nova oportunidade. A prioridade dada à família é utilizada como motivação para não reincidência. A pesquisa sugere a necessidade de ampliar, em trabalhos futuros, o número de entrevistas a serem analisadas sequencialmente, com o objetivo de se construir tipologias biograficamente definidas para a vivência da liberdade após o encarceramento.

Palavras-chave: Mulheres. Prisão. Liberdade. Narrativas Biográficas.

ABSTRACT

This research analyzes the experiences of women freedom after arrested period. Through the methodological approach of biographical narrative was possible to identify the main topics presented on the speeches that permeate freedom life after detention period. Biographical interviews were realized with seven women who were kept in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, jail, being the interview of Marilene analyzed using sequential manner and the others evaluated in a global manner, following the pattern of biographical narratives analysis developed by Gabriele Rosenthal. The biographical narratives pointed three aspects: ex-prisoner stigma, expressed as a latent manner such as the ways it appear in the biographical reports of Marilene and others interviewed. The second point presented is the reinforcement of gender roles, used to mitigate the image of ex-prisoners. The third point emphasized on the interviews and analyzed on the present work is the correction character that ex-prisoners accredited for the prison system. This research intends to contribute for freedom experiences comprehension after in jail period. Biographical narratives demonstrate that analysis of prior biographical periods, such incarceration and the prior experiences, might contribute to comprehend the way freedom is experienced.

Among the outcomes of this work is the finding which, at least, the sample researched do not confirms the logical worked by the writers that the jail would work as a “crime school”. The considerations leads to understanding of prisoners interviewed want a new opportunity. The priority given to family is used as motivation for not relapse. The research suggests the necessity to amplify, in future works, the number of interviews to be sequentially analyzed, with the purpose to build defined biographical typology for the experience of freedom after in jail period.

Keywords: Women. Prison. Freedom. Biographical narratives.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 VIOLÊNCIA, PRISÃO E LIBERDADE	17
2.1 DIFERENTES ENFOQUES E MÉTODOS PARA FALAR DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	17
2.1.1. Mulheres como autoras	20
2.2 PRISÃO E LIBERDADE.....	22
2.2.1 Cadeia como lugar para o reforço de estereótipos de gênero	24
2.2.2 Relação intramuros e extramuros	25
2.2.3 Aquele que volta para casa	28
2.3 VIOLÊNCIA, CRIME E LIBERDADE: ABORDAGENS CONCORRENTES.....	28
3 PESQUISA SOCIAL INTERPRETATIVA: O PONTO DE VISTA DO SUJEITO	31
3.1 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS INSERIDAS NO TEMPO E NO ESPAÇO	31
3.1.1 Motivação: impulso para modificar a realidade	33
3.2 NARRATIVAS COMO FORMA DE ACESSO ÀS EXPERIÊNCIAS.....	34
3.2.1 Princípio da abertura	36
3.2.2 A entrevista narrativa: condução e análise	36
4 TRABALHO DE CAMPO E APRESENTAÇÃO DAS BIOGRAFIAS	41
4.1 SETE TRAJETÓRIAS E UMA EXPERIÊNCIA COMO PESQUISADORA.....	41
4.2 MARILENE: VIVÊNCIAS DE VÍTIMA E DE AGRESSORA.....	46
5 EM LIBERDADE: ESTIGMA, APRENDIZADO E ESTEREÓTIPO DE GÊNERO 51	
5.1 VOLTA PARA CASA: READAPTAÇÃO E ESTIGMA	51
5.2 VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA PARTE DA VIDA.....	59
5.3 PRISÃO COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO	62
5.4 MUDANÇA DE ATITUDE NA FASE LIBERTA: REFORÇO DOS PAPÉIS DE GÊNERO.....	70
5.4.1 Maternidade como forma de demonstrar recuperação	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração abordagens, as quais entendem que os sujeitos agem com base em suas interpretações (SCHUTZ, 2012), é possível dizer que pessoas que tiveram experiências semelhantes em uma fase da biografia têm a chance de seguir trajetórias de vida muito diversas umas das outras. Dessa forma, cada indivíduo vivencia o período em reclusão à sua maneira, assim como a fase fora das grades. As pessoas que foram punidas com essa pena colecionam experiências do tempo de encarceramento que contribuem para a maneira como encaram a liberdade posterior. E nessa etapa está a expectativa de um novo começo, com oportunidades de mudança, mesmo que o projeto de futuro esteja acompanhado do passado, pois os atores dos planos trazem consigo marcas, que devem implicar nas formas como irão se relacionar com as pessoas, tanto afetiva como profissionalmente (COSTA, 2011, p. 236-237).

A partir de sete entrevistas com egressas de uma penitenciária feminina, ficaram evidenciados três aspectos pertinentes para estudo que serão abordados nesta pesquisa: o estigma de ex-presas, o reforço de papéis de gênero, possivelmente usado como uma das formas para atenuar a imagem de egressas do sistema prisional, e o caráter corretivo, ou de ensinamento, que as pesquisadas atribuem à prisão por diferentes motivos. Como será explicitado ao longo desta dissertação, a literatura já abordou os temas identificando a presença dos três aspectos citados em trabalhos teóricos e empíricos. Contudo, defendo que há necessidade de seguir analisando o assunto para buscar compreender o efeito da prisão e das experiências com violência e criminalidade para essas personagens por dois motivos centrais. O primeiro é que a violência e a criminalidade feminina são pouco escolhidas como foco de estudo, embora existam especificidades pertinentes a serem analisadas (VOEGELI, 2001, p.166). A principal justificativa para isso é a de que a participação masculina é mais significativa proporcionalmente¹ (MAGALHÃES, 2008, p.118). Por conta disso, durante muito tempo, o envolvimento feminino foi pouco explorado (KIM, 2009, p. 11; FRANÇA, 2014, p. 213; CARVALHO, 2007, p. 96). A outra razão para entender que o tema deva ser pesquisado é o fato de indicadores mostrarem que o encarceramento de mulheres no Brasil

¹ Os dados divulgados no Brasil normalmente não trazem a informação do sexo dos autores dos delitos. Nem todos os atos são esclarecidos ou levados à Justiça. Portanto, o número de pessoas encarceradas não representa fielmente a diferença entre o gênero dos autores, porém serve para exemplificar o contraste: os homens eram 93,5% dos presos do sistema penitenciário brasileiro, em 2014, e as mulheres, 6,5% segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. No ano anterior, a proporção era de 93,9% para 6,1% (2015, p. 67).

tem aumentado vertiginosamente em comparação ao dos homens², ao passo que o interesse acadêmico pelo tema não acompanhou esse incremento (BARCINSKI, 2009, p. 578). Da mesma forma, entendo que seja importante verificar essas questões a partir de uma leitura orientada pela sociologia compreensiva e também tendo em vista os atores, que agem com base nas interpretações das experiências que tiveram ao longo da vida (ROSENTHAL, 2014; SCHUTZ, 2012). Muitas vezes a liderança e a intencionalidade das mulheres são ignoradas, pois a conduta delas é classificada como involuntária e resultado de opressão (ALMEIDA, 2001, p. 17; BARCINSKI, 2009, p. 578).

As abordagens adotadas para trabalhar alguns desses assuntos têm considerado essencialmente o ponto de vista institucional, além de discussões pautadas, principalmente, em normas e regras. Assim, o eixo analítico raramente leva em consideração a ótica dos atores sociais a respeito da prisão, por exemplo (BITENCOURT, 2012, p. 12-13).

Observando a pertinência da produção de mais trabalhos com foco no indivíduo que vivenciou a violência e a prisão, o objetivo desta dissertação é verificar como a interpretação das experiências de punição institucional interfere na fase de liberdade das mulheres, assim como as vivências anteriores. Estimulada pelo meu orientador Hermílio Santos, que já vem estudando o assunto, defini o objeto de pesquisa. O projeto de Santos “Mulheres e Violência: Narrativas biográficas de autoras de ações violentas” tem o intuito de aportar novos elementos para a compreensão da motivação para o engajamento das personagens. Já o meu interesse está na etapa posterior, o período subsequente ao regime fechado. Para chegar nesse objetivo, além da pesquisa empírica, analiso como os autores têm trabalhado os temas da dissertação e faço discussão sobre conceitos centrados em violência, criminalidade, mulher, prisão e liberdade. Além disso, são discutidos os pressupostos teóricos da abordagem de narrativas biográficas adotada neste estudo.

Como jornalista, fiz reportagens entrevistando principalmente vítimas e policiais. Estive tanto em presídios masculinos, como em femininos, quando conversei com pessoas que haviam cometido homicídio e vendido drogas. Nesses trabalhos na área da Comunicação, foram utilizados como fontes os próprios autores de delitos, criminologistas, advogados, sociólogos, psiquiatras forenses e agentes da segurança pública. Porém, as razões para a

² O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres de junho de 2014, divulgado em 2015, apontou que o Brasil tinha uma população de 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. Entre 2000 e 2014, o aumento da população carcerária feminina foi de 567,4%, enquanto a média de crescimento masculino foi de 220,20% (BRASIL, 2015, p.5).

violência, tão presente no Brasil³, continuavam me inquietando. Apresentada a um método que utiliza biografias para estudar diferentes fenômenos, a partir da teoria do sociólogo austríaco Alfred Schutz, me aproximei de outras áreas do conhecimento para procurar informações adicionais sobre o assunto a partir de uma leitura fenomenologicamente fundamentada, utilizando também aparatos etnográficos.

Assim como orienta a abordagem metodológica de Gabriele Rosenthal (2014), que foi a adotada para a pesquisa, não fui a campo com uma hipótese pré-concebida. A partir das informações empíricas, é que delimito, com a ajuda do grupo de pesquisa do qual faço parte, o enfoque da dissertação, que inicialmente era mulheres protagonistas de atos de violência. Para este trabalho, foram entrevistadas condenadas pela Justiça – duas delas por homicídio e cinco por tráfico. Dentre elas, selecionei uma para fazer todos os passos da análise. Porém, as experiências das demais auxiliam a interpretar os fenômenos.

Através de instituições que dão suporte a presos e ex-presos no Rio Grande do Sul e por indicação de fontes que mantenho na minha profissão de jornalista, obtive o contato das entrevistadas. Elas não foram selecionadas pelo tipo de delito. O requisito adotado era que tivessem passado pela penitenciária.

Nem todas as entrevistadas assumem a autoria, ou se consideram protagonistas nas ações. Levando em conta os critérios de ter sido autora de ato de violência e/ou delito, passado pela prisão e vivenciado a liberdade, escolhi uma das pesquisadas para desenvolver a análise sequencial. Marilene⁴ conviveu com a violência desde a infância. Depois de tirar a vida da suposta amante do marido, foi presa, julgada e condenada, ficando aproximadamente dois anos em regime fechado. Há quase duas décadas solta, a diarista conta sua trajetória desde os primeiros anos até agora. Além dela, também colhi depoimentos de pessoas como Roberta, a qual assume a escolha de ter “erguido uma boca de fumo”. Ela cumpriu pena de dois anos em regime fechado por tráfico de drogas. Condenadas pelo mesmo crime, outras quatro – Márcia, Luzia, Denise e Kely – narraram suas trajetórias no local onde trabalham, uma empresa que oferece vagas para ex-presos e pessoas do regime semiaberto. Com diferentes origens, idades e escolaridade, todas passaram um período privadas da liberdade e apresentam semelhanças em parte das situações que vivenciaram, assim como diferenças em

³ O Brasil registrou 58.497 mortes violentas intencionais (homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) em 2014. Somando todas as categorias de mortes violentas são 28,8 casos para cada 100 mil habitantes, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015, p. 6).

⁴ Todas as entrevistadas tiveram o nome alterado para manter o sigilo da identidade.

outros aspectos. Duas delas cumpriram pena juntas em um presídio de Porto Alegre e agora estão em liberdade condicional.

Márcia alega que foi enganada pelo ex-marido. Luzia nega o envolvimento com o tráfico. Denise, por sua vez, assume a participação no comércio de drogas. Kely também admite, mas justifica que tinha poucas escolhas. A etapa após o presídio é narrada de maneiras diversas pelas entrevistadas. Uma nem mesmo reconheceu os filhos ao sair do presídio, outra teve dificuldade de andar na rua e de conviver com os vizinhos. Glória, que foi mantida presa por matar um homem após desavença pela venda de um eletrodoméstico, recebeu uma oportunidade de trabalho na mesma companhia em que atuam as quatro entrevistadas anteriores. Há pouco tempo no regime semiaberto, reconhece a autoria do homicídio e planeja deixar esse fato no passado para reconquistar os filhos e a confiança da família. Todas as entrevistadas têm experiências com violência, seja reconhecidamente como agressora, seja como vítima, ou como testemunha. Quatro perderam parentes próximos assassinados. Apesar de nem todas relatarem vivências como protagonistas, elas trazem informações importantes sobre a cadeia e a liberdade. Portanto, as trajetórias delas contribuem para o entendimento dessas fases.

A vivência da liberdade foi um assunto recorrente nas entrevistas e em algumas experiências de observação que fiz ao longo do curso de Mestrado. É possível que o tema tenha sido bastante abordado, porque a amostra é constituída de pessoas que já saíram do regime fechado. Essa etapa de vida das entrevistadas demonstrou ser um campo rico de questões pertinentes para a Sociologia. A desordem no estado das coisas após meses ou anos em uma penitenciária é um tema já trabalhado por alguns outros autores até mesmo na ficção. O título desta dissertação é uma alusão ao livro de Silviano Santiago “Em Liberdade” (1994), no qual recria o período da biografia do escritor Graciliano Ramos depois de dez meses e dez dias na prisão, na década de 1930, experiência que resultou na obra “Memórias do Cárcere” (1953). Solto, o ex-preso teve dificuldade de se ambientar com as novas circunstâncias fora das celas.

Histórias semelhantes foram constatadas quando realizei trabalho de campo na Fundação Apoio ao Egresso Sistema Penitenciário (Faesp), no primeiro semestre de 2015. Em algumas visitas, observei o funcionamento da entidade, a rotina de atendimentos e também pude acompanhar uma reunião de um grupo de egressos. Apesar de minha dissertação ser sobre mulheres, o encontro em que só os homens compareceram trouxe à tona questões relacionadas ao período posterior à pena. Os ex-presos que se manifestaram na atividade

proposta para tirar dúvidas e trocar informações reclamaram por não conseguir prover os lares e também falaram do preconceito que sofrem. Isso interfere na relação com familiares, comunidade em geral, polícia e na colocação no mercado de trabalho. Um deles chegou a dizer que “preso é sempre preso”, fazendo referência a uma marca imposta por algumas pessoas, caracterizando o sujeito que cumpriu pena como eterno criminoso. No caso das mulheres, as lamentações apresentadas nas entrevistas foram parecidas, mas com especificidades, às quais aparecerão nos capítulos posteriores. O que posso adiantar é que está presente em parte das entrevistas o reforço de papéis sexuais por parte das mulheres para se distanciar do estigma de ex-presas, já que, como mostra a literatura, a criminalidade não está relacionada com a expectativa do que é exercer o papel feminino. Isso porque espera-se que as mulheres tenham posturas dóceis, frágeis, menos agressivas e estejam dedicadas à família e à maternidade (VOEGELI, 2001, p. 166).

Considerando as egressas femininas, o peso do estigma é ainda maior de acordo com alguns autores, pois as mulheres que cometem atos de violência e crimes em geral são desviantes duas vezes: uma pelo rompimento da ordem social e outra por descumprirem o papel de gênero atribuído a elas (FACHINETTO, 2012, p. 359; FRANÇA, 2014, p. 223; PRIORI, 2011, p. 195). Trata-se de uma contrariedade ao conjunto de expectativas em relação aos comportamentos determinados pelo sexo. A expressão “mulher encarcerada” remete a uma representação individual e derivada de um contexto social, histórico e cultural que atribui à mulher um conjunto de estigmas (RODRIGUES, 2012, p.17).

Acredito que por ser mulher as pessoas se surpreendam ao descobrir minha curiosidade pelo tema. Desde a época da faculdade de Jornalismo, as reportagens policiais eram minhas preferidas. Até hoje não sei explicar o porquê, mas suponho que a perplexidade dos demais tem relação com uma expectativa de que os interesses femininos sejam outros que não a violência, ou assuntos relacionados à crime e à prisão. Como vimos anteriormente, a estrutura social determina uma série de funções para o homem e para a mulher, como adequadas ou naturais para cada gênero, apesar de essas atribuições serem diferentes de acordo com a cultura, a classe e o contexto histórico (MARODIN, 1997, p. 9). Cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não parecem ser papéis compatíveis ao gênero feminino, pois a cristalização de discursos e representações acerca da passividade e delicadeza foram muito recorrentes ao longo da história, no que tange à identidade atribuída às mulheres (PRIORI, 2011, p. 195). Quando cometem um crime, por exemplo, elas estariam assumindo um lugar reservado ao homem, que é mais associado à violação da ordem

estabelecida. A resposta social às mulheres que cometeram crimes, portanto, acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223).

Às mulheres também é atribuída alguma patologia e culpas quando não demonstram habilidade ou desejo de ter e cuidar dos filhos. Isso porque existe um ideal feminino caracterizado pela maternidade, considerando as mulheres como biologicamente destinadas a serem mães (BARCINSKI et al., 2013, p. 90). A conduta criminosa ou violenta incapacitaria o desempenho de papéis de esposa, cuidadora, mãe e marco referencial do lar (RODRIGUES, 2012, p.17).

Assim, segundo alguns pesquisadores, a cadeia tem o intuito de transformar e enquadrar a mulher presa em modelos tradicionais, entendidos de acordo com padrões sexistas, conforme o caráter reabilitador do “tratamento”. Procura-se restabelecer o papel social de mãe, de esposa e guarda do lar, fazendo a mulher presa aderir a esses valores (RODRIGUES, 2012, p.18).

De maneira geral, muitos autores se dedicaram a observar as cadeias como instituições totais, como define Erving Goffman (1961), e o caráter disciplinador com o objetivo de transformar e recuperar os indivíduos, também evidenciado por Michel Foucault (2009). Porém as condições desfavoráveis, como a adoção de medidas arbitrárias de punição, não têm deixado cumprir esse suposto propósito da prisão, conforme entendem Herbert Toledo Martins e Victor Neiva Oliveira (2013). Segundo os autores, a cadeia resultaria em um local para aperfeiçoar técnicas delinquentes, contribuindo para a reincidência (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, 39-43).

O sociólogo francês Loïc Wacquant (2004) avalia que, muitas vezes, o encarceramento agrava o "mal que pretende sanar". Conforme ele, a instituição baseada na força é um ambiente favorável à violência e humilhações, além de contribuir para desagregação familiar e alienação individual. Reforça também que, em parte dos casos, a penitenciária torna-se uma escola de "profissionalização" do crime (WACQUANT, 2004, p. 220). Ainda de acordo com Wacquant, a história penal mostra que "em nenhum momento e em nenhuma sociedade a prisão cumpriu sua suposta missão de recuperação e reintegração social de acordo com a óptica de redução da reincidência" (WACQUANT, 2004, p. 220).

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (2015) verificou que são escassos no Brasil os trabalhos sobre reincidência criminal. O relatório apontou que as taxas calculadas pelos estudos brasileiros variam muito em função do conceito trabalhado. Os índices, contudo, são normalmente altos.

Conforme a pesquisa do Ipea, a cada quatro ex-condenados, um volta a ser penalizado em um prazo de cinco anos, correspondendo a 24,4%. Mas é importante salientar que foi evidenciada diferença significativa entre os sexos. Do total de reincidentes, o percentual de representantes femininas é de 1,5%. Já a proporção de mulheres entre os não reincidentes é sete vezes maior (10,7%) (IPEA, 2015, p. 24). A pesquisa considerou números de 2012 que mostravam que os homens representavam 93,8% da população carcerária do país e as mulheres, 6,2%. Assim, a proporção de homens entre os reincidentes é superior também à proporção de homens no sistema penitenciário brasileiro como um todo.

Na amostra coletada para esta dissertação, as entrevistadas não mencionaram reincidência. Nos discursos, elas se esforçam para comprovar que se recuperaram, ficando evidenciado, de forma latente, o estigma. Isso confirma a máxima de que os presos se enxergam como sujeitos que precisam, a todo o momento, provar à sociedade que “se recuperaram”, que com “força de vontade” estão prontos para enfrentar os desafios, apesar de esbarrarem com o preconceito que é refletido pelas poucas oportunidades para fazer isso (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, p. 39). A passagem pela prisão deixa uma marca permanente na biografia dos presos, que eles somente reconhecem ao voltar a conviver com pessoas fora do presídio (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, p. 39). Porém, isso não quer dizer que estejam mais propensos a cometer as mesmas ações que o levaram ao cárcere.

Em alguns casos, a participação em atividade violenta ou criminosa serve como forma de colocação da mulher perante seu meio e garante visibilidade, ainda mais se estiver em uma tarefa reconhecidamente masculina (BARCINSKI et al., 2013, p. 89). Com esses atos, a mulher acaba rompendo a divisão de papéis sexuais. Nas últimas décadas, elas vêm ganhando posições na criminalidade e se tornaram protagonistas em muitos episódios, contrariando o imaginário de que não seriam capazes de cometê-los e arquitetá-los (ALMEIDA, 2001, p. 13).

A participação das mulheres na criminalidade já foi explorada por muitos autores. Alba Zaluar (1993) mostra o envolvimento delas em quadrilhas no Rio de Janeiro. Essa vinculação seria secundária, com algumas exceções. Em seu trabalho "Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical", a autora mostra a diferença do tipo de ações praticadas por elas. As três mulheres que usavam de violência para liderar seus grupos foram ilustradas como “masculinas” e fora do padrão. Conforme Zaluar, elas contrariaram as trajetórias mais comuns das mulheres que entram para o mundo do crime. Em vez de serem

apenas sombras dos homens, conseguiram ser aceitas e ficaram até famosas no ambiente onde atuavam (ZALUAR, 1993, p. 137).

Outros estudos mostram a participação de mulheres em gangues e autoria de homicídios, roubos e crimes de intolerância. Para citar alguns, Rosemary de Oliveira Almeida (1995, 2001) observou a presença de mulheres em atividades ilícitas para ocupar espaços e atrair interesses ligados à autoafirmação e à busca de liderança. Já Mariana Barcinski (2009) identificou o protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Fora do Brasil, Michaela Köttig (sem data) mostrou como mulheres tinham participação decisiva em grupos neonazistas na Alemanha.

Contrariando o senso comum de que as mulheres não são violentas e só se envolvem em situações relacionadas a isso pelas mãos do homem, Claudia Fonseca (2004) também expõe relatos sobre demonstrações de agressividade de ambos os sexos em um bairro popular de Porto Alegre. Uma jovem vangloriava-se de ter espancado a outra. Havia também as que celebravam vitórias sobre os homens. Segundo a autora, as mulheres não hesitam em contar feitos dessa natureza e as reações públicas são de grande interesse e até divertimento (FONSECA, 2004, p. 35). Para Fonseca (2004, p. 36), a violência é, de certo modo, uma arma aceita e esperada para a solução de conflitos na comunidade estudada.

A violência de que falo, todavia, não se restringe à agressão física. Existem outras formas de “poder” utilizadas tanto por homens quanto por mulheres, como analisa Claudia Fonseca (2004). A autora observa que ao homem cabe impor sua vontade por meio da força. Já a mulher o faz utilizando, muitas vezes, a manipulação da opinião pública (FONSECA, 2004, p. 46). Segundo a antropóloga, atacar pela fofoca os atributos de outras pessoas é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si mesmo. Quando as palavras atingem a imagem pública de alguém, assumem tamanho poder, como se fossem capazes de ferir fisicamente (FONSECA, 2004, p. 43). Para a pesquisadora, a perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, mesmo que os homens tenham uma capacidade corporal superior, o gênero feminino pode assumir o papel de manipulador da reputação, entre outros (FONSECA, 2004, p. 43).

No momento em que elas são vistas como agentes, são abertas possibilidades para entendermos os contextos em atos que transgridem as teorias e discursos sobre as relações de gênero (BARCINSKI, 2009, p.585). Há cerca de 50 anos, as teorias sociais defendiam que os indivíduos eram o que a sociedade permitia. Portanto, a interpretação da literatura predominante é de que tinham pouca agência. Por outro lado, a teoria prática passou a utilizar

um meio termo entre o poder do sujeito e os limites da sociedade. As forças culturais podem ser as mesmas em determinado grupo, mas as atitudes independentes são diferentes (ORTNER, 2007, p. 45).

Para tratar sobre o tema da violência, crime, encarceramento de mulheres e liberdade, o próximo capítulo traz um levantamento da literatura. Observo a forma como o assunto vem sendo abordado. No capítulo 3, está a teoria que fundamenta a pesquisa. Nessa parte, justifico o uso de Narrativas Biográficas, método que tem trazido questionamentos relevantes sobre o envolvimento de mulheres em ações violentas (SANTOS, SUSIN; OLIVEIRA, 2014, p, 376). No quarto capítulo, é apresentado o trabalho de campo e um resumo das entrevistas, com foco na que foi escolhida para o desenvolvimento de todos os passos da análise. No último capítulo, é mostrada a análise dessa biografia a partir dos aspectos apresentados em confronto com a literatura existente.

Mesmo que histórias de vida tenham servido para a compreensão de fenômenos sociais, as abordagens biográficas têm sido relativamente pouco utilizadas na produção de pesquisas empíricas no Brasil, assim como as perspectivas analíticas com proposta de explorar as interpretações subjetivas de indivíduos:

Este tipo de análise concebe os indivíduos como atores que interpretam os objetos com os quais está confrontado (pessoas, ideias etc.) a fim de localizar a si mesmos no mundo e, com isso, estabelecer seu próprio roteiro de ação e interpretação. Este pressuposto é compartilhado por várias escolas da sociologia compreensiva, como o interacionismo simbólico, etnometodologia, além da sociologia influenciada pela fenomenologia (SANTOS, SUSIN; OLIVEIRA, 2014, p, 377).

Norteadas por essa perspectiva, sigo para o tema de pesquisa. Nas próximas páginas, analiso a bibliografia produzida sobre o assunto.

2 VIOLÊNCIA, PRISÃO E LIBERDADE

A partir de uma revisão bibliográfica, busco observar como os autores têm trabalhado os temas desta dissertação. Primeiro veremos literatura sobre violência, crime e prisão até chegar às informações sobre liberdade. É possível identificar que os pesquisadores relacionam a violência e os crimes muitas vezes à motivação econômica e utilizam indicadores de homicídio, principalmente, para dimensionar os fenômenos. Sob esse aspecto, pouco se fala sobre o gênero dos autores, até porque deduz-se que são homens. A participação feminina é vista como excepcional. Quando as mulheres aparecem nos estudos, com algumas exceções, o espaço dos delitos passa do público para o doméstico.

Neste capítulo, abordo a questão da violência e da criminalidade de maneira geral para depois buscar estudos sobre prisão e pesquisas a respeito de vivências de mulheres no cárcere, assim como o período posterior à privação de liberdade. A discussão da literatura disponível auxilia no entendimento do assunto da dissertação que tem foco na liberdade de pessoas que experienciaram violência ou criminalidade e prisão. Por último, está colocada a forma como me situo em meio a tantas abordagens e do que considero como pressuposto para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1 DIFERENTES ENFOQUES E MÉTODOS PARA FALAR DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

Os trabalhos acadêmicos vêm abordando a violência com diferentes enfoques, incluindo o tema nas grandes cidades, regiões rurais (LEONIDIO, 2012), e contra mulheres (BLAY, 2003; SANTOS; MORÉ, 2011), crianças (ALMEIDA; ANDRÉ; ALMEIDA, 1999; BITTAR; NAKANO; SILVA; ROQUE, 2012), negros e profissionais de determinadas áreas. Um dos aspectos mais estudados está no âmbito doméstico em que o sexo feminino é apresentado como principal vítima (DUARTE, 2011; PEREIRA; PEREIRA, 2011). Além das Ciências Sociais, outras áreas do conhecimento, como as relacionadas à Saúde e ao Direito também têm se debruçado sobre o assunto.

Trabalho recente, publicado em 2015, que verificou mais de 300 publicações nacionais e internacionais, apontou uma crescente produção acadêmica sobre violência a partir da década de 1980 no Brasil (ADORNO; NERY, 2015). Ficou demonstrada que, de

forma geral, as pesquisas realizadas entre 1998 e 2012 são sustentadas por dados qualitativos e quantitativos. Há uma inclinação no tratamento de práticas microssociais ou interacionais em trabalhos fundamentados em material qualitativo. Já os quantitativos tendem a utilizar perspectivas macrossociológicas, ou estruturais (ADORNO; NERY, 2015, p. 13). Conforme os responsáveis por esse levantamento, os trabalhos qualitativos utilizam dados primários, coletados em pesquisa de campo para buscar os princípios que organizam comportamentos. Os quantitativos, por sua vez, examinam indicadores sociais, ambientais e demográficos, incluindo estatísticas oficiais.

Muitos trabalhos de pesquisa nas últimas décadas giram em torno de dados que demonstram aumento no número de registros, reforçando o argumento de que a insegurança nunca foi tão grande. Uma das explicações para isso é que a violência se tornou algo ligado ao cotidiano. Dessa forma, o senso comum e até uma parte dos autores deixam de ampliar o tempo histórico (HAYECK, 2009, p. 2).

Entre os crimes relacionados ao cotidiano estão os homicídios, cujo número de ocorrências tem sido usado como principal indicador de violência. Os dados ajudam a justificar a grande quantidade de trabalhos sobre a manifestação do fenômeno. Para citar o caso nacional, em dez anos (entre 2002 e 2012), o total de assassinatos aumentou 13,4%, segundo o Mapa da Violência divulgado em 2014 (WAISELFISZ, 2014, p. 22). O número de homicídios no país chegou a 56.337 em 2012 – 28,16 para cada 100 mil habitantes. Estatísticas como essa vêm pautando não só o debate científico, mas principalmente o público, pois as taxas de criminalidade são divulgadas na imprensa.

Apoiados por índices como esses, autores como Sérgio Adorno (2002, p. 59) afirmam que os crimes urbanos estão se tornando mais frequentes nas últimas décadas. Paralelo a isso, aumenta também o medo da população – temática que ganha espaço, já que, como efeito da preocupação popular, a configuração da arquitetura das cidades mudou, com implementação de muros altos e cercas elétricas (HAYECK, 2009, p. 5). Esse comportamento é abordado como problema de pesquisa, quando se fala nas novas formas de segregação espacial e discriminação social (CALDEIRA, 2000, p. 9).

Fatores como desigualdade, modelo econômico, ineficácia das leis, falta de credibilidade das instituições e inoperância da polícia são indicados como causadores da violência e do agravamento dos conflitos. Duas linhas argumentativas estão entre os trabalhos mais relevantes. A primeira considera que a criminalidade está ligada às condições econômicas. A outra entende que está associada à incapacidade do poder público de garantir

direitos como educação, saúde, transporte e segurança para todos (ADORNO; NERY, 2015, p. 10).

Quando se fala em violência e se faz um retrospecto sobre o início dos casos no território nacional, muitos autores remontam ao período colonial (CADEMARTORI; ROSO, 2012, p. 35-36; HAYECK, 2009, p. 4). O povoamento foi marcado por disputas entre brancos e índios (VELHO, 2000, p.56). A “pedagogia do castigo” aparece na literatura como uma forma de violência que vem desde a formação histórico-social brasileira (NEDER, 1994, p. 55 e 56).

Como falamos, os estudos se dividem principalmente entre os que atribuem a violência e a criminalidade especialmente às diferenças econômicas e sociais (BICUDO, 1994); os que apontam uma falha nas instituições como fator motivador e agravante do problema – entre os representantes dessa corrente estão ADORNO (2007) e PASINATO (2007), entre outros – e outros que buscam explicações na cultura, como é o caso de Roberto Da Matta (1982), por exemplo. O fato é que o entendimento dos fenômenos ainda carece de discussões que levem mais em conta a complexidade da sociedade, mas também do indivíduo. Fazendo uma reflexão sobre as diferentes abordagens, Da Matta (1982) observa que, quando os produtores das falas são de direita, o discurso encara a violência como um caso de polícia. Agora, se os produtores dos discursos são de esquerda, a fala passa a ser um caso de poder, relacionado com consumo, capitalismo, autoritarismo e desmando governamental (DA MATTA, 1982, p. 17).

O autor mostra que, ao tratar do fenômeno tanto de uma forma como de outra, a realidade é apresentada com uma lógica simples. Os argumentos aparecem dissociados da própria sociedade (DA MATTA, 1982, p. 18). Vista por essas óticas, a violência não seria uma expressão da sociedade, mas uma resposta a um sistema. Desse modo, a violência não seria uma possibilidade real e concreta de manifestação, mas um sintoma (DA MATTA, 1982, p. 18).

Grande parte dos trabalhos que busca, de certa forma, explicar a razão para o fenômeno acaba nesse debate que comentamos acima. Da Matta questiona a perspectiva linear de busca das razões para violência. Segundo o autor, a relação causa e efeito, seria o mesmo que estudar a origem da sexualidade, por exemplo (DA MATTA, 1982, p. 14). É impossível imaginar um mundo anterior à violência (DA MATTA, 1982, p. 15).

2.1.1. Mulheres como autoras

Até agora, pelo que foi levantado, as mulheres aparecem em menor número como foco de trabalhos acadêmicos nesse campo de estudos. A centralidade masculina é ainda maior quando se trata dos crimes violentos (HELPEZ, 2013). Parte das pesquisas que falam do envolvimento delas se refere ao espaço doméstico, tanto nos que elas são vítimas, como nos que são autoras. No entanto, o envolvimento da mulher em casos de violência e criminalidade como protagonistas já é estudado há muitos anos pelas Ciências Sociais e também pelas áreas da Psicologia e da Criminologia. Até a década de 1970, as abordagens tendiam a centralizar o tema fundamentalmente em fatores biológicos e psíquicos. As explicações para a diferença nas taxas de criminalidade entre os gêneros baseavam-se na imagem da mulher como naturalmente passiva e menos suscetível a atividades violentas. Então, se a violência, a agressão e o desvio não fazem parte da “natureza feminina”, mulheres criminosas seriam “loucas” (BARCINSKI, 2009, p. 578). Mais tarde, a chamada “teoria dos papéis” tratava da questão a partir da socialização, diferente para homens e mulheres (BITENCOURT, 2012, p. 26-27). Portanto, a explicação para participação em menor número de atividades delituosas por mulheres, conforme essa perspectiva, é que elas foram socializadas de acordo com padrões que consideram os valores femininos como os da docilidade, como já foi referido.

É importante salientar que o conceito de gênero é amplo e está vinculado ao contexto histórico, mudando de sentido conforme o tempo e o espaço (FACHINETTO, 2012, p. 89). Os autores vêm considerando interpretações menos maniqueístas para os sexos, ressaltando que existem diferentes experiências de ser mulher, de ser homem e de vivência da violência (PASINATO, 2011, p. 239). O gênero não é um atributo individual, mas sim algo construído na interação com os outros (FENSTERMAKER; WEST, 1995, p. 21). A atividade cotidiana é, portanto, passível de negociação, reformulação e alteração.

Contudo, a literatura mostra que a sociedade ainda tem expectativas do que é ter um comportamento de homem ou de mulher. Para o senso comum, segundo autores, cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não são atitudes compatíveis ao gênero feminino, “pois a cristalização de discursos e representações acerca da passividade, delicadeza, modelos de virtude e dos bons costumes, foram muito recorrentes ao que é atribuído às mulheres” (PRIORI, 2011, p. 195).

Como já foi falado, as mulheres que cometem atos de violência são desviantes duas vezes: uma pela fuga da ordem social e outra por descumprirem o papel de gênero

atribuído a elas (FACHINETTO, 2012, p. 359). Trata-se de uma contrariedade ao conjunto de expectativas em relação aos comportamentos determinados pelo sexo. O ideal do que é ser homem e do que é ser mulher ainda é usado de justificativa para a violência, como demonstram algumas pesquisas. Entrevistas realizadas em São Paulo para um estudo apresentado por Márcia Thereza Couto, Lilia Blima Schraiber, Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira e Ligia Bittencourt Kiss (2007) mostraram que muitos homens alegam que as cobranças femininas por desempenharem papéis de provedor, por exemplo, podem motivar agressão verbal ou física. O dinheiro aparece como pivô de conflitos, porque é colocado como responsabilidade masculina (COUTO; SCHRAIBER; OLIVEIRA; KISS, 2007, p. 1328-1330).

O envolvimento de mulheres em atos de violência é escolhido em menor número como tema de pesquisa em relação ao papel desenvolvido nesse campo por homens. A atividade criminosa também, apesar de haver material principalmente sobre o tráfico de drogas (CARVALHO, 2007; CARVALHO; JESUS, 2012; PIMENTEL, 2008) e sobre a questão carcerária feminina (CHIES, 2008; DINIZ, 2015; ESPINOZA, 2004; FRANÇA, 2014; FRINHANI; SOUZA, 2005; LUCENA; IRELAND, 2013; LEMGRUBER, 1999; OLIVEIRA, 2009; PRIORI, 2011; RODRIGUES, 2012).

O número de mulheres presas, conforme já foi citado, tem aumentando nos últimos anos, em proporção muito maior do que a dos homens. Em 2014, o Brasil chegava à quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo (37.380). Em 2000, as mulheres representavam 3,2% da população prisional. Já em 2014, elas passaram a representar 6,4% do total de presos (BRASIL, 2015, p.8). Chama atenção também a mudança de perfil de crimes. Se antes havia uma divisão mais equilibrada entre os delitos que levavam as mulheres aos presídios, incluindo ações como infanticídio, homicídio passional, agora ocorre um incremento nos índices de condenação por tráfico, roubos, sequestros e latrocínios, ações mais ligadas a benefícios econômicos (ESPINOZA, 2004, p. 126). Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção chega a 68%. Por outro lado, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres (BRASIL, 2015, p. 30).

Nesse sentido, é interessante questionar se o aumento de mulheres presas, especialmente pelo tráfico de drogas, representa maior adesão ao crime, ou é resultado de uma política antidrogas, que prioriza o aprisionamento das pessoas envolvidas com este tipo de crime. Na avaliação de Helpes (2013), a elevação do número de mulheres encarceradas pode

ser reflexo da ação repressiva do tráfico, já que a quantidade de mulheres condenadas por outros tipos de crimes não teve aumento proporcional. Entre as interpretações para as causas do aumento da população carcerária em geral, estão a carência de investimentos, distorções da legislação penal, reincidência, questões sócio-econômicas, políticas e jurídicas (ROCHA, 2006, p. 16).

Para autores como Fernando Salla (2006), a criminalização da miséria, a repressão às ilegalidades e estratégias de sobrevivência das camadas pobres, assim como o combate ao tráfico de drogas, estão entre os fatores que explicam a explosão nas taxas de encarceramento em praticamente todos os países do mundo ocidental (SALLA, 2006, p. 289). As reclusas integram estatística da marginalidade da exclusão, pois a maioria é não branca, tem filhos, apresenta pouca escolaridade. Esse quadro serviria para sustentar “a associação da prisão à desigualdade social, a discriminação e seletividade do sistema de justiça penal, que acaba punindo os mais vulneráveis, sob categorias de raça, renda e gênero” (ESPINOZA, 2004, p. 127).

Essas observações fazem parte do contexto penal. Visto isso, vamos observar literatura sobre vivências em reclusão e especificidades de cadeias femininas, assim como experiências após o cumprimento de regime fechado.

2.2 PRISÃO E LIBERDADE

A ideia de liberdade está contraposta à sua limitação. No caso em que estamos estudando, esse limite é a cadeia. A punição não é um fenômeno explicável em si mesmo e tem relação com a organização da sociedade. A investigação do castigo e da prisão permite “desvendar simultaneamente múltiplas dimensões da vida social” (ALVAREZ; MORAES, 2013, p. 10). Na prisão, grande parte das ações está voltada para a expectativa de viver o futuro em liberdade. Já a vivência da liberdade tem no “retrovisor” a experiência do encarceramento e todas as consequências do período de aprisionamento (COSTA, 2011, p. 236-237). Uma “lente da reclusão” permite que presas vejam suas experiências passadas, presentes e futuras. Dessa forma, as relações que estabelecem com os outros são ressignificadas (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1050). No sentenciamento e no cumprimento da pena, as detentas transformam continuamente os significados acerca do que é a prisão. (FRINHANI; SOUZA, 2005, p.77). Isso porque, ao ser presa, ela passa a vivenciar

experiências que irão influenciar na constituição de um novo modo de estar no mundo e na formação de uma nova identidade (MINZON; DANNER; BARRETO, 2010, p. 79).

A restrição de liberdade imposta pela prisão implica em outras privações, como a perda de contato com familiares, por exemplo. Um estudo realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul no Presídio Feminino Madre Pelletier (2015), em Porto Alegre, onde todas as entrevistadas para esta dissertação tiveram passagem, mostra que mais da metade das presas (50,41%) consultadas não recebe visitas dos filhos. Nessa instituição e em muitas outras, várias detentas são praticamente abandonadas pelos parentes (LEMGRUBER, 1999, p. 5). Essas mulheres ficam sem acesso a materiais de higiene e utensílios básicos como mostrou o livro da jornalista Nana Queiroz (2015). Segundo a autora, os itens acabam virando mercadoria de troca para quem não recebe o que vem por meio dos visitantes. Faxinas e outros serviços servem para obter absorvente, sabão e diferentes objetos. Por esses e outros motivos, alguns autores afirmam que, para as mulheres, o processo de aprisionamento é mais duro do que para os homens (LEMGRUBER, 1999, p. 4; RAMPIN, 2011, p.59).

A prisão torna-se um lugar gerador de tristeza, paixões e revolta, tanto dentro como fora de seus muros, conforme Olga Espinoza (2004). Para a pesquisadora, o cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora, na qual predomina a desconfiança e onde a violência se converte em instrumento de troca. O único objetivo de quem está ali é sair, fugir, atingir a liberdade, na avaliação de Espinoza. Essas características correspondem não somente às penitenciárias femininas, mas às prisões em geral (ESPINOZA, 2004, p.78). Outro argumento para reforçar a ideia de que o cumprimento da pena é mais penoso para as mulheres é de que a maior parte das casas prisionais seria projetada para atender ao universo masculino (LEMGRUBER, 1999, p. 4).

Parte-se do reconhecimento de que não obstante as mulheres estejam em minoria nas populações encarceradas, constata-se, atualmente (e como fenômeno que se globaliza), um incremento quantitativo nas taxas de encarceramento de mulheres. Este incremento conflui para sistemas prisionais desestruturados em relação ao atendimento das peculiaridades femininas, os quais tendem a ampliar as cargas/dores de punição e perversidade que lhe são inerentes, já que têm recorrido a uma estratégia bastante questionável, ou seja: o encarceramento em estabelecimentos prisionais que, construídos originalmente para homens, nesta conjuntura se tornam mistos (CHIES, 2008, p. 2).

Conforme levantamento divulgado em 2015 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2014 havia 1.070 unidades masculinas, representando 75% do total. Nas outras destinações, existia 238 estabelecimentos mistos (17%) e 103 femininos (7%),

significando que a maior parte das mulheres está em estruturas mistas, com homens e mulheres (DE VITTO; DAUFEMBACK, 2015, p. 5).

Segundo Sintia Soares Helpes (2013), essa situação não é de agora e vem desde o nascimento das prisões no Brasil, quando as mulheres eram acomodadas conforme as possibilidades. O Estado não planejava nem investia em ambientes de acordo com as especificidades das mulheres, muito menos em políticas de inclusão ao final da pena. Observou-se, então, esse espaço sendo ocupado por grupos religiosos e Organizações Não Governamentais, durante determinados momentos da história brasileira (HELPE, 2013, p. 182).

Nesse sentido, muitas prisões femininas foram, no passado, administradas por entidades religiosas e até instaladas em conventos. Um dos objetivos era encaixar as mulheres em modelos sexistas tradicionais, ficando estabelecido o caráter reabilitador do papel de mulher relacionado à domesticidade (ESPINOZA, 2004, p. 85).

2.2.1 Cadeia como lugar para o reforço de estereótipos de gênero

O reforço dos estereótipos de gênero aparece na literatura quando se fala de prisão, como já foi comentado anteriormente. Conforme alguns pesquisadores, através do tratamento que se dá às presas, objetiva-se que elas incorporem as características esperadas para o sexo feminino, como passividade, docilidade e maternidade, o que estaria em desacordo com o motivo que às levou para a cadeia, a criminalidade. Isso ocorre de forma mais explícita, conforme pesquisas, especialmente no tipo de trabalho oferecido. São frequentes as oportunidades na área da culinária, artesanato, costura (BARCINSKI; CÚNICO, 2014, p. 65). Esse tipo de atividade pode estar organizada conforme os valores da família e incentiva o aprendizado de prendas domésticas.

O trabalho surge, conforme Espinoza, como um instrumento que permite entender a imposição de valores relacionados à docilidade e à domesticidade (ESPINOZA, 2004, p. 52-53; PRIORI, 2011, p. 197). Segundo a autora, a penitenciária atua de modo a encaixar as mulheres nos modelos tradicionais baseados em padrões sexistas. Essa situação acentua o caráter reabilitador do tratamento, “que busca restabelecer a mulher em seu papel social de mãe, esposa e guarda do lar e de fazê-la aderir aos valores da classe média naturalizando as atribuições de gênero e reproduzindo a desigualdade no tratamento das presas” (ESPINOZA, 2004, p. 85-86). Contudo, fugindo um pouco à regra, tem se observado a tentativa de

oportunizar serviços similares aos desenvolvidos em pequenas indústrias no ambiente prisional (FRANÇA, 2014, p. 222).

Dentro da cadeia, é verificado também que se reproduzem as ideologias de gênero do lado de fora (PRIORI, 2011, p. 197). Sobre isso, outra questão levantada pela literatura diz respeito à reprodução de hierarquia tradicional familiar dentro dos presídios femininos. Conforme Mariana Barcinski (2012), o não exercício das funções de cuidado socialmente atribuídas às mulheres tem como uma das consequências a reedição de formas de relações afetivas e sexuais na prisão feminina. Ocorre, muitas vezes, a divisão de papéis masculinos e femininos, associados a comportamentos mais ativos e passivos. De forma a recriar uma estrutura familiar, algumas presas assumem os papéis de filhas e mães, por exemplo. Ser capaz de estabelecer estes novos vínculos na prisão “reafirma, de alguma forma, a habilidade feminina de cuidado e proteção daqueles em seu entorno, dando sentido renovado à identidade das detidas” (BARCINSKI, 2012; BARCINSKI; CÚNICO, 2014, p. 65).

2.2.2 Relação intramuros e extramuros

O convívio dentro dos presídios impõe não só as regras institucionais, mas as normas estabelecidas pelos internos. O indivíduo, muitas vezes, perde seu referencial pessoal para passar à categoria de encarcerado (RAMPIN, 2011, p.59). Erving Goffman (1961) definiu as prisões como instituições totais, que são locais de “residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1961, p.11).

Apesar de campos de vida serem recriados na prisão, eles não anulam, nem substituem, os exteriores, que permanecem como referências para os internados (CUNHA, 1994, p. 3). Além disso, o dentro e o fora podem ser percebidos conectados por canais que atravessam os muros por onde entram e saem informações, mercadorias e determinadas pessoas (BRAGA, 2014, p.77). Família, residência e profissão continuam no exterior. Ainda que existam universos correspondentes dentro do ambiente carcerário, eles não têm o mesmo significado. Dessa forma, as experiências dentro de um presídio são apenas uma parte da existência, pois a reclusão é um intervalo na vida dos que passam por ele (CUNHA, 1994, p. 3). Estar na prisão é provisório. Por isso, não há uma apropriação desse espaço como uma noção de pertencimento e identificação, conforme Claudia Priori (2011). Assim, a vida

prisional é apenas um intervalo na vida das pessoas que cumprem pena, mesmo para as que ficam períodos mais longos. O que faz sentido para as presas continua sendo o mundo exterior, que está fora da prisão (PRIORI, 2011, p. 198).

Embora pareça um mundo dissociado do exterior, existe uma conexão entre a vida prisional e a que está do lado de fora, pois está sempre presente a expectativa do que virá. Por outro lado, o retorno à liberdade carrega experiências do tempo transcorrido na prisão. Entre essas marcas está a estigmatização por parte da sociedade sobre a ex-presidiária em seu cotidiano (COSTA, 2011, p. 230).

Howard Becker (2009), no clássico “Outsiders: estudos de sociologia do desvio” ressalta que basta cometer um único crime para ser rotulado de criminoso. A partir daí, presume-se que esse sujeito seja alguém que sempre irá desviar das leis. Um arrombador, por exemplo, irá arrombar outras casas. Com base nessa premissa, a polícia recolhe suspeitos para investigação. Além disso, considera-se provável que ele cometa outras irregularidades, porque não mostrou respeito com a lei nas ocasiões anteriores (BECKER, 2009, p. 43).

Esse rótulo influencia nas futuras relações a serem estabelecidas e produz o que Becker chama de profecia auto-realizadora. A pessoa é moldada conforme a imagem que os outros têm dela.

(...) após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar por si mesmas caso não houvesse o conhecimento público da reação a ele (BECKER, 2009, p.44).

Dessa forma, os “desviantes” ficam mais distantes das oportunidades de trabalho, por exemplo. Assim, a esperada recuperação é difícil, ainda mais em uma sociedade que tem a tendência de ver o trabalho como um aliado na “regeneração” já que seria um antagonista do crime (HASSEN, 1999, p. 17). De forma maniqueísta, os trabalhadores seriam honestos e os desocupados desonestos e criminosos. Como o tratamento aos desviantes nega os meios comuns para continuar a rotina acessível à maioria das pessoas, a possibilidade de desvio, em tese, seria maior. Em razão dessa negação, o desviante “deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas” (BECKER, 2009, p. 45). O fenômeno propiciaria a entrada em grupos organizados, o que exacerba a conduta outsider.

A população carcerária, seja feminina ou masculina, é heterogênea, de múltiplas origens e de renovação intensa, porém é percebida como uma unidade, como uma massa homogênea. A visão imposta do exterior sobre a população carcerária, é a de uma identidade negativa, estigmatizada e que

tem uma inscrição espacial, ou seja, quem está preso (a) é delinqüente. Porém, aquele (a) que está preso (a) não se percebe necessariamente desse modo, não se reconhecem ou se identificam como delinqüentes (PRIORI, 2011, p. 197).

Associado aos rótulos, o desviante, no caso a pessoa que cometeu um ou mais crimes, é visto como alguém de quem a sociedade quer se vingar. Isso seria um exagero da pena de privação de liberdade. Dentro das casas prisionais, existem “grupos empenhados em tornar as sentenças mais punitivas do que já são, cometendo irregularidades de toda sorte”, como aponta Maria de Nazareth Agra Hassen (1999, p. 20), em seu livro “O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão”, resultado de pesquisa feita no Presídio Central em Porto Alegre, na década de 1990. A autora relata ilegalidades cometidas por quem deveria garantir a lei dentro desses estabelecimentos do Estado. Entre esses crimes, estão desrespeito às visitas dos presos, falta de garantias, entre outros. Fora isso, há a questão da superlotação, comum tanto no universo penitenciário masculino como no feminino, contribuindo para o sofrimento de diferentes formas de violência (RODRIGUES, 2012, p.16).

O papel da justiça penal termina com o encarceramento e o cumprimento da pena, conforme perspectiva do senso comum. Mas ao contrário do que se pensa, o término do cumprimento de uma pena privativa de liberdade não encerra a questão. Fora das grades, os ex-detentos tentam resgatar relações sociais e prover a própria subsistência.

As marcas da passagem pelo cárcere não estão em seus rostos ou em seus corpos, mas as dificuldades enfrentadas no cotidiano revelam quão presentes estão essas marcas em suas vivências afetivas e profissionais (COSTA, 2011, p. 230).

A prisão, como última etapa do processo punitivo, acaba virando ferramenta para estigmatizar (LEMGRUBER, 1999, p. 162). As informações divulgadas sobre crimes e aumento da violência contribuem com isso. Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) chama esse fenômeno de “fala do crime”, o qual naturaliza a percepção de que determinados grupos são perigosos. No caso de que falamos, o grupo egresso do sistema penal. Conforme a autora, essa ideia divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias. Essa discriminação alimenta as medidas de segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em “enclaves fortificados”. Na opinião de Caldeira, esses dois processos estão mudando as noções de espaço público e privado (CALDEIRA, 2000, p. 10).

2.2.3 Aquele que volta para casa

Além do estigma de ser um egresso do sistema prisional, o sujeito que esteve um período distante do lar sofre de uma inadequação quando regressa. No texto “Aquele que volta para casa”, Alfred Schutz descreve que o lugar de retorno, pelo menos em um primeiro momento, não é familiar, pois está diferente do que a pessoa que volta o deixou (SCHUTZ, 2012, p. 318). Aquele que regressa espera voltar para um ambiente que tem guardado na memória, da forma como viveu no passado, mas assim como ele mudou, as pessoas que ficaram também se modificaram, da mesma forma o espaço físico. Esse é o mesmo descompasso que a pessoa que ficou privada de liberdade vivencia ao sair do presídio para encontrar com o lar antes deixado.

A noção de lar tem diferentes significados. Pode ser o conjunto de pequenos elementos como a casa dos pais, a língua materna, os amigos, uma paisagem da infância, músicas, comidas (SCHUTZ, 2012, p. 319). Esse ambiente tem esquemas comuns que garantem uma espécie de previsibilidade, a qual traz conforto e segurança. Dessa forma, é mais fácil planejar o futuro (SCHUTZ, 2012, p. 320). Porém, o aspecto da estrutura social do lar muda para o sujeito que o deixou e depois retorna, apesar de ser possível manter comunicação por meio de cartas ou recados de pessoas que visitam. A vida nesse lugar não é mais acessível imediatamente (SCHUTZ, 2012, p. 323).

Ainda que haja um anseio para restabelecer o grau de intimidade das pessoas que estavam separadas, já ocorreu uma mudança no sistema de relevância tanto por quem ficou ausente, como por quem permaneceu no lar. Até mesmo as rotinas sofrem pequenas alterações ao longo do tempo (SCHUTZ, 2012, p. 325). O lar para o qual se retorna não é mais o mesmo que quem o deixou tem lembrança. Da mesma forma, aquele que regressa também não é mais o mesmo nem para si nem para os que esperaram sua volta (SCHUTZ, 2012, p. 328).

2.3 VIOLÊNCIA, CRIME E LIBERDADE: ABORDAGENS CONCORRENTES

Foram observados nas páginas anteriores os diferentes enfoques e abordagens dos autores sobre os assuntos pesquisados: violência, crime, prisão e liberdade. Nesta dissertação, partimos da fenomenologia para buscar compreender os fenômenos em seus contextos sociais e interativos, porque é de onde surge toda ação humana. Por isso, não falo de causa e efeito, mas sim da intersecção dos indivíduos, que é a intersubjetividade, como propõem Inmaculada Jáuregui-Balenciaga e Pablo Méndez-Gallo (2011). Os fenômenos são trabalhados de maneira

abrangente considerando a interpretação das experiências do sujeito, que estão relacionadas com o contexto social, espacial e temporal.

Michael Staudigl (2004, 2007) enfatiza que a fenomenologia não tem o objetivo de explicar a experiência humana. Na verdade, suspende todos os pré-determinismos (STAUDIGL, 2004, p. 51). Assim, noções como a de dominante e dominado, por exemplo, são volúveis.

Dessa forma, o entendimento é de que existem diversas maneiras de experienciar os fenômenos e as condições sociais. Por isso, me associo à visão de que existe mais de uma forma de viver sendo homem e sendo mulher, por exemplo (PASINATO, 2011, p. 239). O atributo de gênero depende de uma construção, resultado da interação (FENSTERMAKER; WEST, 1995, p. 21), sendo passível de negociação, reformulação e alteração.

Nesta pesquisa, violência e crime são entendidos como fenômenos diferentes. Isso porque crime é o rompimento das normas e nem tudo o que é percebido como violento é enquadrado como crime no Código Penal (PINO, 2007, p. 676-768). Existem outras formas de violência além da física, como a simbólica e a psicológica, que muitas vezes não estão previstas na legislação. Há diferença entre a força corporal ou armada e a violência simbólica, a qual pode utilizar ferramentas como a linguagem para dominar ou excluir. Está presente inclusive na relação com figuras de autoridade com subordinados (ZALUAR, 2003, p. 2). Já o conceito de assimetria, quando usada para impedir o poder de ação do outro – definido por Staudigl (2004, 2007) – trata a violência como uma ação anterior à norma. Portanto, considerando esse conceito trabalhado pelo autor, a violência, antes de ser uma ação contra a norma, é uma ação contra a pessoa.

Nem todas as pessoas presas estão atrás das grades por terem cometido atos de violência, mas sim porque descumpriram com alguma regra, cuja a sanção é a pena de privação de liberdade, e isso engloba crimes de violência, assim como tantos outros. No caso das mulheres no Brasil, grande parte foi presa por vinculação ou por venda de produtos ilegais, incluindo drogas. Esse tipo de ação pode ou não envolver violência. Nesse sentido, existem autores que defendem ou estudam a possibilidade do uso de penas alternativas para crimes não violentos (SINHORETTO, 2015; BRAUNSTEIN, 2007).

Observando questões como essas, são abertas inúmeras possibilidades de abordagens para o tema. Apesar de haver também um debate pertinente sobre as lógicas de penalização, crime, incriminação e sujeição criminal, por exemplo, assuntos muito bem discutidos por autores como Michel Misse (1999, 2008), meu interesse não é abordar questões

relativas à seletividade penal e ao sistema carcerário. O foco está nos sujeitos que vivenciam as experiências de prisão e liberdade. A ideia é saber como as pessoas entendem suas vivências, incluindo a passagem pela penitenciária. A teoria que fundamenta esse pensamento está melhor explicada no próximo capítulo, assim como a metodologia utilizada para o trabalho.

3 PESQUISA SOCIAL INTERPRETATIVA: O PONTO DE VISTA DO SUJEITO

Neste capítulo, está apresentada a teoria que fundamenta a pesquisa. A abordagem tem foco nas interpretações das experiências dos sujeitos e é uma forma de compreensão dos fenômenos sociais. O método adotado, narrativas biográficas, atende a esses princípios. A captação de dados e a análise são feitas observando trajetórias de pessoas que vivenciaram o tema pesquisado: a liberdade após a prisão e a vivência de violência ou criminalidade. O entendimento é de que as ações são orientadas pela bagagem de experiências. E é sobre isso que trato nas próximas páginas, assim como do procedimento metodológico adotado.

3.1 TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS INSERIDAS NO TEMPO E NO ESPAÇO

Diferente do cientista que analisa objetos neutros em termos de sentido, o interesse do cientista social está voltado para um mundo interpretado (ROSENTHAL, 2004, p. 49). Portanto, a subjetividade é um elemento a ser considerado no estudo dos fenômenos na pesquisa nessa área. Os indivíduos agem com base em suas interpretações, as quais estão em constante produção, a partir da interação (ROSENTHAL, 2004, p. 49). As experiências que formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida são como uma bagagem de informações coletivamente compartilhada e internalizada durante a socialização, conforme o sociólogo austríaco Alfred Schutz (2012). No caso das vivências em liberdade, foco desta dissertação, a interpretação dos atores é crucial para o entendimento dessa fase após a prisão e experiência com violência ou criminalidade.

A partir dessa premissa, nos afastamos das abordagens das ciências sociais que se dedicam ao estudo do social desindividualizado. A ação e o sentimento do ator estão na base do sistema social. Por isso, devemos tentar compreender a forma como o sujeito interpreta suas experiências, assim como suas motivações para saber o que o levou a adotar atitudes específicas em relação ao seu meio (SCHUTZ, 2012, p. 291).

Para isso, precisamos utilizar uma abordagem que coloque o indivíduo no foco da análise, já que é ele quem internaliza as regras sociais e as coloca em prática, conforme suas experiências, interpretadas e que também são motivadoras para os planos de ação. O conhecimento do senso comum é o que constitui o tecido de significados. Dessa forma, o que

os homens "conhecem" como "realidade" em sua vida cotidiana, é do que deve se ocupar a sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 29).

Com essa perspectiva procuramos saber como as mulheres se posicionam diante de situações de mudança de espaço durante o período de reclusão cumprindo pena e depois na etapa após o término do tempo dentro da cadeia. A forma como experienciam e interpretaram essas fases pode contribuir para as vivências posteriores. A análise fenomenológica da experiência da vida cotidiana não considera hipóteses causais ou genéricas. Se quisermos descrever a realidade do senso comum temos de nos referir às interpretações (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 37).

As trajetórias de vida de cada sujeito são únicas, mas compartilham do mesmo tempo e espaço de outras biografias. Wright Mills (1965) observa que as realidades da história contemporânea têm relação com o êxito e o fracasso individuais das pessoas. O autor usa como exemplo uma sociedade que se industrializa, transformando o camponês em trabalhador assalariado, o senhor feudal em homem de negócios (MILLS, 1965, p. 9-10).

Mills ressalta que, apesar disso, os homens geralmente não definem suas ansiedades em termos de transformação histórica e contradição institucional. Eles não atribuem o bem-estar aos grandes altos e baixos das sociedades em que vivem. Raramente têm consciência da ligação entre suas vidas e o curso da história mundial. Por isso, na maioria das vezes, não se dão conta da evolução histórica de que podem participar (MILLS, 1965, p. 10). Para entender sua própria experiência, o indivíduo precisa avaliar de que forma está localizado no período em que vive.

A influência nos processos históricos e sociais é impremeditada e, muitas vezes, contribui para a manutenção das instituições. Um dos exemplos disso é o uso da linguagem. Falar ou escrever utilizando a gramática de certo idioma colabora para a reprodução dessa linguagem, conforme Anthony Giddens (2009, p. 9).

O sociólogo Fritz Schütze (2010) reforça a ideia de participação de histórias particulares para o curso da sociedade. Ele salienta que não se pode partir do princípio de que tudo o que esteja relacionado com o destino pessoal seja irrelevante para a teoria sociológica (SCHÜTZE, 2010, p. 210). Segundo Schütze, estruturas processuais podem ser encontradas em muitas biografias. Existem combinações sistemáticas que, enquanto tipos de destinos pessoais, têm relevância social (SCHÜTZE, 2010, p. 210).

O indivíduo é uma porta de acesso para os fenômenos, já que é ele quem os vive. Portanto, o entendimento de sua história é um caminho para a compreensão dos fenômenos

sociais. Schütze ressalta que o pesquisador precisa tentar relacionar os esforços teóricos interpretativos do portador da biografia com o contexto de vida no qual ocorreram os desencadeamentos dos processos. Por isso, a estrutura temporal e sequencial da história de vida do portador é fundamental, pois trata-se de uma sedimentação de estruturas processuais em sequência. Segundo o autor, a mudança da estrutura processual dominante no decorrer do ciclo da vida altera a interpretação da história por parte do portador da biografia (SCHÜTZE, 2010, p. 211).

3.1.1 Motivação: impulso para modificar a realidade

A motivação das ações diz respeito àquilo que o sujeito pretende tornar real, ou mudar. O motivo pode ter significado tanto subjetivo, como objetivo, na avaliação de Alfred Schutz (2012, p. 141). Quando o sujeito se volta para a razão de suas atitudes em projetos futuros, o caráter é subjetivo, já que ele vive a experiência em curso. É o que o autor chama de motivo “com a-finalidade-de” (SCHUTZ, 2012, p. 141-142). É o processo da ação em curso, que ainda está acontecendo e que aparece a partir de uma perspectiva temporal do futuro (SCHUTZ, 2012, p. 142).

Enquanto o ator está executando a ação, ele não tem em mente seus motivos “porquê” – voltados ao passado. Somente depois de realizar determinado ato, pode olhar para o que fez e investigar a razão de quais circunstâncias o levaram a agir daquela forma (SCHUTZ, 2012, p. 141).

Schutz defende que as motivações voltadas para o futuro são individuais e subjetivas, porque referem-se a algo que está sendo vivenciado e se revelam somente quando o sujeito indaga sobre o significado que ele próprio concedeu à sua ação. Por outro lado, o motivo “porquê” é uma categoria objetiva acessível ao observador. Ele precisa reconstruir a atitude a partir do ato realizado (SCHUTZ, 2012, p. 142).

Em um exemplo muito claro, Schutz (2012, p. 140-141) diferencia as duas perspectivas para a motivação:

Podemos afirmar que o motivo de um assassinato foi obter o dinheiro da vítima. Aqui o “motivo” significa o estado de coisas, o fim que a ação deveria promover. Vamos chamar esse tipo de motivo “com a-finalidade-de”. Do ponto de vista do ator, essa classe de motivos se refere ao seu futuro. Na terminologia sugerida podemos dizer que o ato projetado, isto é, o estado de coisas imaginado a ser realizado pela ação futura, constitui o motivo “com -finalidade-de” desta última. No entanto, o que é motivado por esse motivo “com a-finalidade-de”? Obviamente não é o próprio projeto. Em

minha fantasia eu posso planejar cometer um assassinato, sem qualquer intenção de levar esse projeto a cabo. O que é realmente motivado pelo motivo “com a-finalidade-de” é a “palavra de ordem volitiva”, é a decisão: “vamos lá!”, que é o que transforma a fantasia interna em uma performance ou em uma ação que transcorre no mundo externo.

Em contraposição aos motivos “com a-finalidade-de”, o sociólogo apresenta neste exemplo a motivação “porquê”:

O assassino foi motivado a cometer esse ato porque cresceu em um ambiente de determinado tipo, porque, tal como a psicanálise demonstra, ele teve determinadas experiências em sua infância etc. Portanto, do ponto de vista do ator, o motivo “porquê” refere-se a suas experiências passadas. Essas experiências determinam-no a agir do modo que agiu (SCHUTZ, 2012, p. 141).

Apesar de autores como Anthony Giddens afirmarem que os motivos tendem a ter uma influência direta na ação, ou que sejam definitivos apenas em circunstâncias relativamente incomuns (GIDDENS, 2009, p. 7), que quebram a rotina de algum modo, consideramos que a motivação do sujeito é o que o leva a modificar a realidade na qual está inserido. Por isso, é importante entender as motivações para compreender porquê e como ocorrem os fenômenos sociais.

3.2 NARRATIVAS COMO FORMA DE ACESSO ÀS EXPERIÊNCIAS

Adoto a biografia como forma para conhecer como o sujeito interpretou suas experiências e, principalmente, os motivos “porquê” realizou determinado ato, cuja resposta está no passado. Dessa forma, a narração da história de vida é o caminho para a compreensão da relação do mundo interno e o externo, da interpretação das experiências e da motivação para empregar determinado plano e participar ativamente dos fenômenos sociais (ROSENTHAL, 2014; SCHÜTZE, 2010).

Daniel Bertaux destaca que a abordagem weberiana considera que os indivíduos sabem, ou ao menos pensam saber, porque fazem o que fazem. Por isso, seria útil perguntar a eles, sem aderir a todas as suas racionalizações, as quais não estão livres de interesses (BERTAUX, 2014, p. 260). O pesquisador influenciou muitos estudos no final da década de 1970 na França que utilizavam método com base em histórias de vida, segundo Paulo Renato Guérios (2011). A proposta analítica dele dispensava a contribuição de fontes externas ao discurso do sujeito (GUÉRIOS, 2011, p. 10-11). De acordo com essa abordagem, os relatos

deveriam ser obtidos com informantes com perfis diversificados e repetidos até que se alcançasse uma amostra representativa. Dessa forma, seria possível uma base para a generalização (GUÉRIOS, 2011, p. 11). Essa ferramenta, contudo, não é a que fundamenta a metodologia que vamos adotar. Diferente do que orienta o autor, o método Narrativas Biográficas procura relacionar a biografia com outras informações, além de considerar a interação com o contexto externo. Como as estruturas sociais estavam no foco da atenção do método de Bertaux, as entrevistas eram realizadas com o objetivo de obter elementos para delinear um padrão estrutural, já que o entendimento era de que as trajetórias de vida eram a maneira como os padrões emergiam (SANTOS; SUSIN; OLIVEIRA, 2014, p. 369- 370).

Schütze contribuiu de forma importante para a retomada e ressignificação da pesquisa biográfica nas Ciências Sociais, direcionando a análise para as estruturas processuais dos cursos de vida, ou seja, para os elementos centrais que “moldam” as biografias e que são relevantes para a compreensão das posições e papéis ocupados pelos indivíduos na estrutura social (WELLER, 2009, p. 4). Com a entrevista narrativa é possível identificar o que orienta as ações dos indivíduos. A ferramenta permite compreender os contextos em que as trajetórias ocorreram, assim como as motivações. Com o objetivo de romper com a rigidez das entrevistas estruturadas, Schütze defende a coleta de dados a partir das narrativas de experiências, as quais permitem ainda identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências (WELLER, 2009, p. 5). De acordo com a proposta de Schütze, a análise do conteúdo – com verificação, confrontação e diferenciação de casos – busca elaborar modelos teóricos sobre a trajetória biográfica de indivíduos pertencentes a grupos e condições sociais específicas (WELLER, 2009, p. 10). A entrevista narrativa permite acessar questões temporais e sequenciais sobre o curso da vida.

Dados textuais que reproduzem o “entrelaçamento” dos acontecimentos e a sedimentação da experiência do sujeito estão contidos nas entrevistas. O resultado é a explicitação do processo social de desenvolvimento sem intervenções da abordagem metodológica ou pressupostos teóricos do pesquisador (SCHÜTZE, 2010, p. 213). Para atender a isso, é necessário utilizar métodos de levantamento que satisfaçam o princípio da abertura (ROSENTHAL, 2014, p. 59) como está explicitado a seguir.

3.2.1 Princípio da abertura

O princípio da abertura pressupõe que a pesquisa seja desenvolvida sem ideias pré-concebidas (ROSENTHAL, 2014, p. 61). Conforme Gabriele Rosenthal, os estudos são realizados geralmente de acordo com interesses específicos e com questões sempre baseadas em hipóteses vagas ou implícitas. Para evitar isso, o pesquisador deve procurar não fazer hipóteses antes de ir a campo.

Somente com base na observação empírica, as hipóteses podem ser formuladas, verificadas, modificadas, mantidas, ou rejeitadas (ROSENTHAL, 2014, p.59). Portanto, elas devem surgir durante a pesquisa e não antes dela. Essas hipóteses são abduativas, múltiplas e tratam-se de explicações provisórias (ROSENTHAL, 2014, p.60). O método abduativo de hipótese é diferente do dedutivo, que surge a partir da teoria, e do indutivo, baseado em provas e indícios, os quais necessitam ser testados.

Rosenthal sugere que após a criação de múltiplas hipóteses abduativas com base no caso empírico, a sequência de hipóteses secundárias possibilita a descoberta do novo, chegue-se a possibilidades imprevistas. Essa é uma forma de mostrar as diversas escolhas e caminhos que o sujeito teria ao seu dispor (ROSENTHAL, 2014, p. 89).

Ao longo da análise, conforme Rosenthal, fica claro se é possível se deparar com regras que determinam a escolha dos agentes e se eles excluem sistematicamente possibilidades de interpretação e ação. O método interpretativo tem por princípio a dialética entre o individual e o geral. Dessa forma, cada caso individual remonta à realidade social e esclarece algo sobre a relação entre o geral e o individual. Como ele tem origem no geral, também faz parte dele (ROSENTHAL, 2014, p. 90). A partir dessa abordagem, é possível identificar nos indivíduos a autonomia para interpretar as situações com que são confrontados (OLIVEIRA; SANTOS; SUSIN, 2014, p. 377). Para entender essas escolhas, é interessante dar oportunidade para o pesquisado narrar o que ocorreu em sua trajetória.

3.2.2 A entrevista narrativa: condução e análise

Pressuposto da entrevista narrativa é a oferta de espaço para o pesquisado estruturar sua fala. Levando em consideração isso, não interferei, nem guiei o fluxo do relato de minhas entrevistadas com perguntas ou outras intervenções. Assim, elas puderam formular o relato como protagonistas apontando o caminho da narração. A entrevista é dividida em duas

partes. Na primeira, pedi que as egressas contassem sobre sua trajetória, avisando a todas que não iria interromper e que elas poderiam fazer isso da forma como considerassem melhor. Dessa maneira, elas priorizaram os temas conforme o sistema de relevância e interesse de apresentação. Durante a fala, os principais temas foram anotados, ao mesmo tempo que tentava manter o contato visual para demonstrar interesse e estimular que permanecessem contando.

Na avaliação de Gabriele Rosenthal (2004), quando o entrevistado é convidado a falar de sua vida de forma geral, independente do tema específico da pesquisa, cria-se um ambiente favorável para aparecerem experiências com significado biográfico para o personagem. Essas informações poderão ser interpretadas de maneira global e relacionadas com a história durante a análise.

Ressalto que a utilização desse modelo de entrevista foi difícil não só para mim, como para as mulheres entrevistadas. No meu caso, tive que deixar de lado a experiência da entrevista jornalística que tem o objetivo de buscar informações já pautadas. Portanto, o trabalho é, na maioria das vezes, controlar a entrevista de modo que o interlocutor responda o que for necessário para elucidar um tema, um assunto para concluir uma reportagem. Já na entrevista narrativa, quem tem o controle é o pesquisado. É ele quem define como começa e como termina a história de sua vida, que pontos vai narrar com mais detalhes, quais temas virão acompanhados de argumentos, justificativas, explicações. E nem sempre essas escolhas têm a ver com o objeto da pesquisa. Por isso, foi e tem sido um exercício a adaptação a esse formato, que pretende dar maior autonomia ao sujeito durante sua fala.

Ao mesmo tempo, algumas das entrevistadas ficaram inseguras, não sabendo o que dizer. Também demonstraram preocupação com a minha compreensão do que estavam contando, além de ficarem na dúvida se o conteúdo da fala era de meu interesse. No entanto, houve casos, como foi o de Marilene, por exemplo, em que ela demonstrou ter aproveitado o momento e a liberdade da entrevista como uma forma de se expressar, utilizando argumentos sobre os fatos e as escolhas em sua vida.

De maneira geral, as pessoas têm o imaginário de que as entrevistas são como as que aparecem na televisão, com perguntas e respostas, normalmente sobre um tema restrito, ou a respeito de um fato, de uma notícia. O formato da entrevista narrativa decepciona os pesquisados, de certa maneira, porque, ao mesmo tempo que as entrevistadas tiveram controle da entrevista, não tinham ideia do que eu iria considerar, se eu estava entendendo, ou se tinha interesse naquelas informações.

Na segunda parte da entrevista, fiz, conforme preconiza o método, perguntas narrativas – sempre de acordo com os temas levantados pelas entrevistadas e na ordem com que elas falaram. O objetivo foi estimular que as interlocutoras localizassem na memória a imagem da situação relatada, narrando aquele momento da forma como tinham lembrança.

Terminada a entrevista, anotei a maneira como ocorreu o contato, as impressões sobre o momento e o local do encontro. Também reuni dados obtidos por outros meios como cadastro na entidade de assistência a egressos, em alguns dos casos, e processo judicial, quando foram encontrados. Além disso, procurei saber das informações sobre o nascimento e a história familiar. As entrevistas foram transcritas preservando a linguagem utilizada pelas entrevistadas, sem pontuação, apenas com marcações para indicar tempo de pausas, suspiros, risos, apontamentos, interrupções, de acordo com o quadro que segue.

Quadro 1 - Sinais de transcrição

Sinais de transcrição	Significado do Sinal
,	Pausa breve
(4)	Duração da pausa em segundos
Ê:	Extensão da vogal
((rindo))	Comentário do realizador da transcrição
/	Inserção do fenômeno comentado
Não	Ênfase
NÃO	Falando mais alto
talv-	Interrupção de uma palavra ou de uma declaração
'não'	Falando mais baixo
()	Conteúdo da expressão incompreensível; comprimento dos parênteses corresponde mais ou menos à duração da declaração
(disse ele)	Sem certeza com relação a algum aspecto do conteúdo de um registro
Sim=sim	Rápida sequência de palavras
Sim, eu fiz Não, ele	Falas simultâneas a partir do "eu"

Fonte: ROSENTHAL (2014, p. 113).

Apresentada a condução da entrevista, descrevo agora, de forma breve, os passos utilizados para a análise sequencial da biografia de Marilene. As demais entrevistas foram analisadas de maneira global, mas contribuem com a análise dos temas, tanto com pontos de aproximação como de divergência.

No primeiro passo da reconstrução, fiz uma observação sequencial dos dados biográficos, que foram colocados em ordem cronológica. Assim como as datas de eventos da vida da entrevistada, selecionei informações para compor o contexto histórico (ROSENTHAL, 2014, p. 227).

Nesta etapa, iniciei o processo de múltiplas hipóteses abduativas. Para cada item, são formulados caminhos que estavam disponíveis para o entrevistado seguir ao longo da vida. O objetivo é cogitar tudo aquilo que estaria disponível àquela pessoa naquele período. São estudadas alternativas coerentes com o sistema de regras e é considerado o que ela deveria ou poderia fazer dentro de um contexto específico. Da mesma forma, são formuladas ainda hipóteses secundárias de continuidades possíveis e caminhos com possibilidade de serem seguidos (ROSENTHAL, 2014, p. 227). Trata-se de um exercício para pensar a biografia de uma forma menos determinista e observar as escolhas feitas pela entrevistada.

Na fase da investigação seguinte, que é a análise do campo temático, busquei os motivos que levaram Marilene a relatar os acontecimentos daquela forma e não de outra. As razões podem ser conscientes e intencionadas, ou o tema pode ser conduzido de modo latente (ROSENTHAL, 2014, p. 236). O objetivo é entender a imagem que a entrevistada quis transmitir e isso fica demonstrado nas opções por tratar de determinados assuntos e expor detalhes de sua biografia durante o relato inicial (ROSENTHAL, 2014, p. 236). Com cada sequência, busquei referências para construir hipóteses a respeito da sequência posterior. O exercício de trazer hipóteses de forma abduativa para cada tema da entrevista é para procurar elucidar o interesse de apresentação do entrevistado. Como ele quer ser compreendido? E de que forma faz isso?

Depois disso, o foco se volta para a perspectiva passada. Procurei saber como a entrevistada interpretou as experiências. Utilizei os resultados da análise dos dados biográficos e os contrastei com declarações da entrevista. Comparei todos os dados biográficos com os trechos do texto em que a entrevistada fala sobre aquele assunto. Com essa técnica, é possível constituir o passado e seus significados e as interpretações à época de cada experiência. Ao comparar a cronologia com as declarações da entrevistada, ficam evidenciados os assuntos que ela deu mais destaque, que se ateve mais, ou os que pouco mencionou.

Nessa ou em qualquer fase, é possível fazer a análise minuciosa das passagens textuais. Essa microanálise é uma tentativa de decifrar, principalmente, as estruturas latentes de sentido do texto. Esta etapa tem o objetivo de buscar as sequências que não ficaram claras para serem lidas em detalhe (ROSENTHAL, 2014, p. 247).

Depois dessas etapas, vem a comparação entre vida vivenciada e vida narrada, quando compreendemos diferenças entre a perspectiva passada e a atual. É possível identificar

disparidades temporais e temáticas, por exemplo. O contraste auxilia a encontrar a origem das diferenças entre o que foi narrado e o que foi vivenciado (ROSENTHAL, 2014, p. 248-249).

Após apresentar os pressupostos adotados e o método, mostro como foi a condução das entrevistas, até chegar a de Marilene, escolhida como a principal, que servirá de guia para observar os três aspectos escolhidos para análise e que ficaram explicitados em boa parte das falas das entrevistadas. O primeiro é o estigma; já o outro é o entendimento de que a prisão foi um ensinamento; por último está o reforço de papéis de gênero para atenuar a imagem de egressa do sistema penitenciário. Também apresento, de forma cronológica, a vida de Marilene, de modo a facilitar o entendimento do leitor. O objetivo não é explicar a trajetória, mas as razões para o envolvimento com violência, como a entrevistada vivenciou o período na prisão e que contribuição essas experiências têm na fase em liberdade.

4 TRABALHO DE CAMPO E APRESENTAÇÃO DAS BIOGRAFIAS

Apresentada a revisão bibliográfica, os fundamentos teóricos e a metodologia, passo, neste capítulo, para a parte empírica da dissertação. Descrevo a forma como transcorreu a experiência de coleta de dados, aproximação com as entrevistadas e descobertas ao longo da pesquisa. Ficam evidenciados os caminhos que foram percorridos para chegar à análise das biografias, sendo seis de forma global e uma de maneira sequencial, conforme método de reconstrução adotado. Logo após, está apresentada a história de Marilene para melhor compreensão da análise que virá no capítulo seguinte, levando em consideração os aspectos escolhidos para serem enfocados: estigma, ensinamento na prisão e reforço dos papéis femininos.

4.1 SETE TRAJETÓRIAS E UMA EXPERIÊNCIA COMO PESQUISADORA

Ao procurar um lugar que reunisse minha amostra de pesquisa, pude conhecer alguns órgãos e entidades que prestam apoio a ex-presos no Rio Grande do Sul, como o Conselho Penitenciário do Estado e a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário (Faesp), em Porto Alegre. Minha ideia era observar como as egressas utilizavam os serviços, quais eram suas demandas e objetivos. Também queria saber como se portavam, do que falavam. No entanto, deparei-me com um “campo” maior do que havia delimitado. Os homens também assistidos pela Faesp, por exemplo, me trariam subsídios para reflexão das diferenças e similaridades entre gêneros. A polarização entre masculino e feminino mostrada no setor do trabalho foi uma das questões levantadas, por exemplo.

Após essa experiência de observação, retomei a busca por mulheres e consegui encontrá-las somente fora desses espaços. Assim como preconiza a abordagem metodológica de Gabriele Rosenthal, fiz entrevistas levando em consideração o princípio da abertura. As sete entrevistadas ficaram livres para contar suas vivências, destacando o que julgavam prioritário, conforme o sistema de relevância e interesse de apresentação.

No segundo semestre de 2014, conheci Roberta⁵, 27 anos. Após ser indicada pelo Conselho e de combinarmos uma entrevista na Susepe, data em que ela não compareceu, fui encontrá-la no seu local de trabalho – um shopping da Capital. Ela contou sua trajetória,

⁵ Os nomes verdadeiros das entrevistadas foram trocados por fictícios para preservar o sigilo de suas identidades.

registrada por um gravador que ficou todo o tempo na mesa, na praça de alimentação do estabelecimento. Sorridente e atenciosa, me surpreendeu com a forma como assumia a responsabilidade por seus atos. Disse que, quando soube que os traficantes de seu bairro haviam sido presos, viu uma oportunidade para ganhar dinheiro e, conforme suas palavras, ergueu uma boca de fumo e foi diversificando o material vendido ao longo do tempo, desenvolvendo a atividade por oito anos. O pai de Roberta se matou e o padrasto foi assassinado, quando a entrevistada estava grávida da primeira filha. A mãe da egressa a criou praticamente sozinha e hoje ajuda nos cuidados com seus dois filhos. Roberta deu à luz a um menino após cumprir pena de reclusão por dois anos, acusada de tráfico.

A partir da análise da entrevista, feita com o apoio de colegas em sala de aula, pude verificar o significado de cada passo da metodologia. Depois disso, estive em uma empresa que mantinha duas vagas para ex-presas assistidas pela Faesp. No primeiro dia (16/04/2015), entrevistei Márcia, 38 anos, em sua sala de trabalho. Além das informações contidas na entrevista formal, ela trouxe novos elementos quando voltei ao local para falar com sua colega Luzia, 46 anos. Enquanto aguardava, perguntei informalmente a Márcia o motivo de as mulheres não frequentarem, ou comparecerem menos do que os homens nas entidades de apoio e reuniões promovidas naqueles espaços. Márcia primeiro disse que não gostava daquele ambiente, com muitas pessoas que haviam passado pela cadeia. Um dos motivos é porque considerava os homens malvestidos e sem educação. Falou que ficava incomodada e com vergonha por eles. Questionei também se as mulheres teriam mais oportunidades para trabalhar do que os homens e ela respondeu que eles são pouco compromissados, irresponsáveis e muitos não deixam a criminalidade para trás. Na opinião dela, as empresas dão chance para ambos os sexos, mas o masculino não sabe aproveitar. Nessa fala, tive a impressão de que estava reforçando o valor dela como mulher a partir de uma crítica ao gênero oposto. Apesar disso, demonstrou sofrer com os problemas semelhantes aos que foram mencionados na reunião de que participei só com os homens. Preconceito e inadequação inicial ao ambiente externo à prisão estão entre eles.

Nascida no interior de São Paulo, essa mulher com olhos grandes, que ficavam marejados ao falar das filhas gêmeas, hoje criadas pela avó, passou dois anos presa na Penitenciária Feminina Madre Pelletier. Com formação superior, ela desenvolve um trabalho administrativo e contou que uma servidora foi designada para revisar suas tarefas pelo fato de ela ser uma ex-presidiária. Para não ser confundida com alguém que esteja realizando atividade ilegal, não pega carona e procura fugir do contato com vizinhos. Teme ser levada

presa por estar na companhia de um criminoso, mesmo tendo abandonado a vida de delitos. O motivo para uma desconfiança gratuita por parte das autoridades, segundo ela, são seus antecedentes.

Márcia lembrou de um período em que ficou desorientada ao sair da prisão. Teve dificuldade até mesmo para atravessar a rua e chegou a ficar tonta diante dos carros. Esse é um exemplo simbólico da inadequação ao mundo externo depois de anos dentro da cela. Vale lembrar que a liberdade, normalmente, está contraposta à prisão. Por isso, as entrevistadas, muito frequentemente, falam da liberdade fazendo um paralelo com o período de reclusão. Márcia perdeu o pai na adolescência e precisou começar a trabalhar para ajudar a família. Mais tarde conheceu um paraguaio e foi viver no país de origem dele. Ela explica o fato de ter começado a levar dinheiro ilegal do Paraguai para o Brasil porque o companheiro não trabalhava. Em uma das viagens, que até então ela fazia sozinha, o homem foi junto e colocou drogas no carro que ocuparam. Ambos foram presos no Rio Grande do Sul e, atualmente já liberta, Márcia tenta recomeçar a vida.

Ela passou a ser uma fonte importante, pois me apresentou a entrevistada seguinte, Luzia. Ambas passaram um período juntas na prisão e trabalhavam no mesmo lugar quando obtiveram a tão esperada liberdade. A proximidade das duas chegou a atrapalhar o desenvolvimento do método de pesquisa. Muito insegura, Luzia pediu orientações à amiga sobre como falar de si mesma. Prontamente, Márcia disse à colega: “É onde tu nasceu, como tu nasceu, como tua mãe teve tu, entendeu? Como que foi tua infância, se foi uma infância boa, se foi ruim, se tu passô fome” (p. 1, linha 10-11). A entrevista de Luzia não transcorreu como eu havia planejado, mas as intervenções de Márcia contribuíram para o entendimento de como ela tinha organizado mentalmente a forma como falaria de sua história e o que lhe parecia importante dizer a uma pesquisadora. Por outro lado, as dúvidas de Luzia serviram para me fazer pensar na insegurança que todas as entrevistadas puderam ter tido ao serem confrontadas com uma pergunta tão ampla e que poderia ser respondida de diversas maneiras.

Para garantir que as entrevistadas fossem protagonistas e guiassem a forma como contariam a própria vida, me baseei na questão inicial formulada por Rosenthal:

Pedimos que nos conte sobre a sua história de vida (e também sobre a história da sua família), que nos faça um relato de todas as vivências que venham à mente. Você pode utilizar o tempo que for necessário. No início eu não vou fazer nenhuma interrupção, vou apenas tomar notas, para mais tarde retomar alguns temas. Caso você não disponha de tempo suficiente hoje, podemos marcar uma segunda entrevista (2014, p. 192-193).

Através de Luzia e Márcia, soube que havia outras vagas na mesma empresa para mulheres do semiaberto, além dos cargos destinados por convênio com a Faesp. Em outubro de 2015, retornei ao local e entrevistei outras três pessoas. Cheguei às 9h de uma sexta-feira no prédio localizado na zona Leste da cidade. Havia marcado com o gestor das trabalhadoras, mas não sabia quem iria entrevistar naquele dia. No refeitório onde as mulheres tomavam café, o chefe delas me apresentou e perguntou quem estaria disposta a dar entrevista. Praticamente todas, cerca de dez, deram de ombros e uma se levantou imediatamente. Era Denise, 41 anos, condenada por tráfico de drogas e que havia cumprido cinco anos no regime fechado. No semiaberto desde 2013, atuava na área de limpeza da empresa, assim como a maior parte das demais. Naquele dia, entrevistei além de Denise, outras duas: Kely e Glória.

Chovia muito e o barulho da água caindo e das trovoadas ficou registrado no gravador. Denise não pareceu estar incomodada. Morena, estatura mediana, com tatuagens nos antebraços sorria enquanto falava. Contou rapidamente a vida na primeira fase da entrevista e, quando comecei com as perguntas, foi muito descritiva e narrou diversas passagens. Ela nasceu no interior do Rio Grande do Sul, casou, teve filhos e, quando o pai morreu, mudou-se com a família para uma cidade litorânea do Estado. Já estava separada e passou a se relacionar com um traficante. Quando ele foi preso, ela tratou de aprender a atividade, mas pouco tempo depois foi presa também. Enquanto estava no presídio, o homem, ainda encarcerado, foi assassinado. Denise permaneceu quatro anos em regime fechado. Quando saiu, mal reconheceu a família, nem mesmo a fisionomia dos filhos, ela conseguiu identificar. A história dela foi contada com certa leveza e segurança. Diferente da interlocutora seguinte.

Quando Denise saiu da sala, se prontificou a chamar a próxima. Alguns minutos depois, entrou Kely, ainda com as luvas de borracha amarela utilizadas para o trabalho. Negra, 26 anos, com cabelos crespos e presos, sorria muito timidamente para mim, mostrando que estava concordando e ao mesmo tempo envergonhada em falar de sua vida. Chorou com pesar por não ter tido oportunidade de conviver mais tempo com a mãe e por não poder ajudá-la nos cuidados com o irmão dependente de drogas. Após o pai ter sido assassinado, Kely tinha o cunhado como figura paterna, mas ele também foi morto. Poucos anos depois de chegar à fase adulta, a mãe da entrevistada, que já havia sido presa anteriormente, foi levada ao presídio outra vez, assim como a irmã, ambas por tráfico de drogas. Kely alega que a motivação para passar a vender entorpecentes é que os rendimentos eram baixos para manter

os sobrinhos e o irmão que ficaram sob sua responsabilidade, além de levar materiais para o presídio feminino e para o masculino, onde o cunhado estava cumprindo pena.

A última história daquele dia foi a de Glória, 40 anos. Cabelos curtos, lisos, branca e um pouco acima do peso, a egressa do sistema penitenciário foi atenciosa e atendeu ao meu pedido de contar sua trajetória. Teve uma infância tranquila, mas passou a usar drogas na adolescência. Para corresponder ao que esperavam dela, casou com um homem, mesmo dizendo que sempre se interessou por mulheres. Com ele, teve três filhos, sendo que a primeira morreu ainda criança, motivo pelo qual agravou sua dependência química. Glória chegou a morar na rua, teve outros dois filhos e, quando estava restabelecendo sua vida, vendendo churrasquinho, matou um homem e fugiu. Olhando um pouco para o chão e um pouco para mim, falou das circunstâncias em que tinha tirado a vida da vítima com quem teve uma desavença por conta do pagamento de um eletrodoméstico que tinha comprado dele. Mais tarde foi julgada e condenada à prisão, onde conheceu uma companheira, com quem faz planos, os quais incluem a recuperação dos filhos.

A última pessoa a ser entrevistada foi Marilene. Em dezembro de 2014, soube da história dela por uma diretora de uma creche que conheci durante uma matéria que estava produzindo como jornalista. Marilene faz parte da comunidade no entorno dessa instituição, na zona Leste de Porto Alegre, e todos seus filhos estudaram no local, incluindo a mais nova que ainda é aluna. Só fui conhecer essa mulher pessoalmente em outubro de 2015, depois de algumas ligações telefônicas com a diarista, sempre muito receptiva. Na entrevista, Marilene contou que foi vítima, agressora e voltou a ser vítima após cumprir pena por assassinato, período em que deveria concretizar todos os planos de liberdade feitos enquanto estava presa.

O encontro com Marilene foi muito esperado e, por meses, pensei sobre os relatos e contribuições que ela poderia trazer à minha investigação. Marcamos de conversar na creche. Cheguei antes e avisei uma das funcionárias que estava esperando Marilene, quando ouço atrás de mim: “Marilene sou eu”. Ao virar, a mulher que vi não parecia em nada com a imagem que eu havia criado. Pequena, franzina, aparentando mais de 40 anos, não correspondia à impressão que eu tinha até então, somente pela voz ao telefone, de que fosse grande, forte e jovem. Na sala da direção, nos sentamos de frente uma para outra e ela contou sua vida, depois de avisar que era uma história longa, cheia de acontecimentos.

A entrevista dela ocorreu depois que eu havia conduzido outras seis, com erros e acertos. Foi um dos relatos mais ricos, pois tive acesso a várias etapas da violência e também às experiências de prisão e de liberdade. Assim como analiso a biografia das entrevistadas, não

deixo de considerar importante minha própria trajetória nesse processo. Desde que ingressei na Faculdade de Jornalismo em 2002, faço entrevistas e mergulho em histórias de vidas. Isso foi intensificado quando comecei a atuar em jornal diário, a partir de 2009.

Contudo, apesar dessa experiência, precisei parar e refletir as diferenças de objetivos entre a minha técnica profissional e a adotada para esta pesquisa na área das Ciências Sociais. Os fundamentos teóricos foram importantes para fazer a transição da ferramenta de entrevista do jornalismo que faço todos os dias para a acadêmica com o método narrativas biográficas, considerando os princípios da abertura e do foco no sujeito.

A cada entrevista, desde a primeira com Roberta até a de Marilene, fui aprimorando a maneira como seguia o método e entendendo melhor sua utilidade. Além disso, as fontes trouxeram informações sobre suas vivências e me fizeram pensar sobre várias categorias. Depois de analisar de forma global o material trazido por essa amostra, pude restringir o enfoque e identificar quais entrevistas seriam mais representativas para realizar toda a reconstrução sequencial.

O meu objetivo foi entender como as experiências de violência, criminalidade e prisão interferem nas vivências de liberdade. A entrevista de Marilene contém elementos importantes para a compreensão dessas fases, por ter vivenciado a violência como autora, apesar de também ter sofrido como vítima. Ela ainda teve um tempo em reclusão e vivencia, atualmente, a liberdade. Além disso, é a entrevistada que está há mais tempo livre, aproximadamente 20 anos. Por esses motivos, utilizei a biografia dela para abordar os temas, mas também conto com a contribuição trazida com as demais entrevistas. Mesmo que as outras tenham sido analisadas de forma global e não sequencial como foi o caso de Marilene, é possível fazer uma diferenciação e aproximação de alguns pontos, incluindo estigma, ensinamento na prisão e reforço dos papéis de gênero. Apresento agora a biografia de Marilene, respeitando a ordem cronológica dos fatos para o melhor entendimento do leitor.

4.2 MARILENE: VIVÊNCIAS DE VÍTIMA E DE AGRESSORA

Com o revólver na mão após disparar contra a suposta amante do marido, Marilene, então com 22 anos, aguardou ser presa e começar a responder pelo crime de assassinato. Esse fato mudou a condição de vida dela, que passou do papel de vítima ao de agressora.

Desde a infância, presenciou situações e foi objeto de violência. Nasceu em 1966 em uma família simples do interior do Rio Grande do Sul. Depois que o pai morreu de infarto fulminante, quando tinha um ano e meio de idade, a mãe a entregou para um casal de tios, que morava em um distrito da cidade natal. Marilene relata que recebeu educação dos padrinhos, mas o período em que morou com eles foi difícil⁶.

Tive uma vida muito difícil muito pobre muito (2) ah pobre não de alimentos porque eram agricultores alimentos a gente tinha, pobre de material, roupa calçado, ir para escola ia a cavalo (transcrição: Marilene, p.1, linha 14-17)

Com 11 anos, a tia pediu que Marilene cuidasse do pão que estava no forno, fechou a casa e saiu. Passado algum tempo, a menina foi procurar a mulher, que estava enforcada dependurada em uma árvore. Marilene afirma que viveu durante muitos anos com culpa, porque ao contar para o tio do suicídio da mulher dele, ele teria responsabilizado a criança pela tragédia.

Eu achei que ela ia pegar um terneiro algo assim só que passou muito tempo muito tempo e aquele pão assou e ela não voltava e eu botei um banco e pulei porque ela trancou tudo só ficou aquela e eu saí pra procurar ela e tinha era muito bonito e tinham muitas árvores assim nos fundos da casa e fazia um círculo aquelas árvores e no meio tinha grama parecia que alguém que tinha feito e eu atravessei o terreno grande entre um lado das árvores e o outro assim passei por ali e atravessei no que eu olhei assim ela tava dependurada assim (6) numa árvore ((quase inaudível)) (5) aquilo foi uma cena que eu nunca mais quero ver a coisa mais horrível

Entrevistadora: e aí o que que tu fez?

Aí eu fui procurar meu pai ele tava na lavoura e era longe e eu fui procurar ele (4) e quando eu cheguei e contei pra ele ele disse assim: “por que que tu não cuidou?” e eu fiquei muitos anos com complexo de culpa muitos anos eu tinha que eu eu que não tinha cuidado dela eu passei muitos anos mas muitos e muitos muitos e muitos e muitos anos eu que tinha sido culpada eu fiquei por muito tempo que eu não prestava eu achava que eu não prestava por aquele fato (transcrição: Marilene, p.4-5, linha 149-166)

A entrevistada teve que retornar para a casa da mãe, que lavava roupa para fora e queria que ela fizesse os serviços domésticos. Como não sabia cozinhar, nem limpar da maneira que a mãe gostava, apanhava frequentemente. Uma das primeiras surras foi quando recebeu a ordem de preparar arroz:

⁶ Os trechos das entrevistas apresentadas preservam as normas de transcrição do método de Narrativas Biográficas apresentadas no capítulo 3.

Bá eu tremia eu já sabia que ia apanhá eu já sabia eu disse quando ela disse que era pra mim fazê eu disse que não sei fazê arroz eu nunca fiz aí já veio alguma coisa por cima eu nem me lembro acho que foi uma tampa de panela aí no fim eu fazia eu fiquei muito tempo que eu não perguntava pras pessoa porque eu tinha medo de perguntar como que fazê qualquer coisa eu fiquei muito tempo sozinha e tudo o que eu sei hoje eu aprendi por minha conta e risco. Aprendi no grito (transcrição: Marilene, p. 5 linha 177-183)

Aos 16, foi emancipada para poder trabalhar em um hospital e, na mesma época, conheceu um homem, com quem começou a namorar. Para ficar perto de onde ele morava, se mudou para Porto Alegre, onde conseguiu emprego e passou a viver em um pensionato. Logo depois, casou e começou a descobrir as traições do marido. Por conta disso, cobrava fidelidade do companheiro e ele batia nela. Marilene alega que os dois fatores – amantes e surras – motivaram o crescimento de uma raiva, que culminou no dia em que ela viu o cônjuge em um bar com uma mulher. Ela narra uma das situações:

Ah deu uma pauleira bonita, ele me agrediu eu fiquei com o olho todo roxo daquela vez ele me machucou aí que me deu uma gana por causa daquela que daí eu digo ah ele não me bate mais não, me deu uma raiva uma raiva e em vez de eu ficar com raiva dele eu fiquei com raiva da pessoa errada peguei raiva da outra criatura que tava sendo uma vítima igual a eu eu com a cabeça muito nova muito explosiva porque na juventude a gente acha que pode tudo e faz eu cometi essa loucura na minha vida (transcrição: Marilene, p. 6 linha 221-226)

Ao ver o marido com outra, Marilene foi em casa, buscou o revólver do homem, colocou na cintura, e retornou ao bar, onde assassinou a rival a tiros.

ah nós tínhamos marcado pra ir se encontrar na mãe dele que era ali no IAPI aí quando eu cheguei na mãe dele ela disse não o José não tá aqui a Maria veio e chamo ele, aí eu fui pra parada do ônibus eu olhei e tava os dois sentados ali num barzinho um boteco eu voltei pra casa busquei o revólver fui não sei como ninguém viu ninguém me prendeu eu botei o revólver aqui ((mostrou a cintura)) e fui lá cheguei lá e dei não sei quantos tiros na criatura (transcrição: Marilene, p. 7, linha 228-241)

Conforme ela, aguardou a polícia, se apresentou na delegacia e passou uma noite no presídio, quando começou a responder o processo em liberdade, durante cerca de seis anos. Após ser condenada, cumpriu dois anos em regime fechado e outros dois no semiaberto. Na descrição da primeira impressão que teve da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Marilene relata as condições da estrutura física, mas também observa o choque ao perceber que havia perdido a liberdade e a angústia e dificuldade de conviver com pessoas estranhas.

Quando tu entra numa tal de coisa um negócio muito ah e aqueles colchão no chão aquele troço imundo de sujo fedendo com gente que tu não sabe nem quem é eu me deparei com aquilo que tu viu que tu perdeu a tua liberdade tu não perdeu só a tua liberdade como tua identidade agora tu tá aqui seja o que Deus quiser tu não sabe o que vem pela frente aí é muito triste é muito horrível (transcrição: Marilene, p. 7, linha 256-260)

Contudo, quase na mesma fala acrescenta que a passagem pelo presídio teria funcionado como um período de reflexão, em que ela pôde participar de atividades com psicólogos e também teve oportunidade de trabalhar. Ela chega a dizer que o tempo em reclusão foi de aprendizado e autoconhecimento. Em outra passagem, Marilene volta a fazer avaliação semelhante e ainda ressalta que conseguiu transformar algo ruim em bom. Essa mensagem de ter superado os obstáculos aparece em outras partes da entrevista.

Quando progrediu para o semiaberto, experienciou um pouco da liberdade perdida, apesar de precisar cumprir regras e horários. Nessa época, conheceu outro homem com quem casou e posteriormente engravidou de um menino. Durante a gestação, começou a se desentender com o pai da criança, que a agredia, fazia sexo forçado e a ameaçava com faca. Marilene voltou à condição de vítima. Ficou grávida pela segunda vez e, devido às agressões, que passaram a ficar mais graves, começou a pedir ajuda na delegacia e em outras instituições. Depois que o homem atirou uma panela de água quente no seu rosto, deixou a casa onde vivia com ele e levou as duas crianças para um lugar de apoio.

Ao voltar, o marido seguia perseguindo a mulher. Então, os traficantes da região onde eles viviam deram um ultimato para que ele não retornasse. Depois disso, Marilene afirmou nunca mais ter visto o pai dos filhos. A informação que tem é de que ele está morando em outro estado.

Ela afirma que, somente quando o homem saiu de casa, começou a finalmente a vivenciar a liberdade. Conheceu então o terceiro marido, com quem teve relação tranquila e mais uma filha. Antes disso havia adotado uma menina com síndrome de down que havia perdido a mãe. Encerra a história mencionando que o filho se apaixonou por um homem e foi morar com ele. Marilene descreve esse período como de muito sofrimento. Na época, o jovem tinha 14 anos e a entrevistada resolveu procurar o Conselho Tutelar. Porém, não aceitou que o órgão intervisse utilizando a ajuda da Brigada Militar. Foi processada por ser conivente com a situação e acusada de estar ganhando dinheiro para deixar o filho menor de idade morar com o homossexual que era mais velho do que ele. Na época da entrevista, avalia o atual momento como o resultado de muitas superações.

A partir de agora, voltamos para as questões iniciais da pesquisa e nos concentramos na explicação dos fenômenos sociais. Utilizando a reconstrução da biografia de Marilene é possível identificar os aspectos relacionados à liberdade após o período de prisão. Depois de sair do presídio, Marilene e as outras entrevistadas vivenciam estigma de terem sido presas e tentam amenizá-lo reforçando, em seus discursos, que seguem os estereótipos esperados para o sexo feminino. Isso está relacionado a outro fator que é o de ensinamento no cárcere também relatado nas entrevistas. Esses assuntos são melhor explicados no próximo capítulo.

5 EM LIBERDADE: ESTIGMA, APRENDIZADO E ESTEREÓTIPO DE GÊNERO

Este capítulo traz a análise de alguns temas explicitados na entrevista de Marilene, história já apresentada nas páginas anteriores. O interesse é identificar a origem das interpretações que a entrevistada faz do presente. Objeto deste estudo, a vivência em liberdade de Marilene tem como perspectiva suas experiências passadas: a fase anterior à prisão, que inclui histórico de violência como vítima e como autora, e o período que passou dentro de uma penitenciária cumprindo pena por assassinato. As experiências e a forma como elas foram interpretadas orientam as escolhas da personagem. Os indivíduos agem com base em suas interpretações, as quais estão em constante produção, a partir da interação (ROSENTHAL, 2014, p. 49). Com a análise, foi possível acessar o significado que Marilene dá aos eventos relatados sobre sua trajetória e a prioridade concedida a cada um deles.

A entrevistada compara, constantemente, o seu presente com as vivências do passado. Ela destaca que aprendeu a pensar e a agir de forma diferente na prisão e que, por isso, teria se tornado uma mãe melhor do que foi a mãe dela. A hipótese para afirmar isso é de que queira demonstrar que se recuperou. Uma das formas como o faz é dizendo que passou a corresponder ao estereótipo de gênero feminino, no qual se enquadram a maternidade e o afastamento de atividades violentas e criminosas. Dessa forma, percebe-se que está tentando minimizar um estigma de ter cometido um crime com violência e de ser egressa do sistema prisional. Esses temas – estigma, aprendizado na prisão e reforço de papéis de gênero – apareceram nas entrevistas e, por se tratarem de assuntos pertinentes para estudo, foram selecionados para serem avaliados nesta parte da pesquisa. Nas próximas páginas, estão a vivência em liberdade de Marilene e de outras entrevistadas, assim como as experiências anteriores. Entre os muitos aspectos da fase depois da prisão, está a readaptação.

5.1 VOLTA PARA CASA: READAPTAÇÃO E ESTIGMA

Ao colocar os pés na rua novamente, o jeito de Marilene pensar e se comportar já eram muito diferentes. As reações às situações apresentadas não seriam mais como antes. Ela faz essa relação comparando as lembranças da infância, do primeiro relacionamento e do assassinato com a vida que tem hoje, mais tranquila com os filhos. Segundo Schutz (2012), a

pessoa que regressa percebe que além de os lugares estarem modificados, ela própria mudou (p. 325). Conforme sua fala, a penitenciária havia sido um lugar para autoconhecimento e aprendizado. Considerando-se transformada, Marilene fazia planos de começar de novo e, por isso, desde que voltou a ficar livre, persegue a possibilidade de viver um contexto familiar em harmonia. Como não tinha muito convívio com os parentes que ficaram no interior do Rio Grande do Sul, não relatou choque ao se reencontrar com eles, ou alguma dificuldade no convívio. Contudo, isso apareceu de forma bem clara em outras narrações de entrevistadas.

Ao se referir à sua primeira saída da prisão autorizada pela Justiça, Denise relata: “Quando abri o portão, eu saí, e não reconheci ninguém” (transcrição: Denise, p. 6. linha 178-181). Recebendo poucas visitas, não pôde acompanhar o crescimento dos filhos e, quando conseguiu vê-los, tinham mudado tanto no tamanho, quanto no aprendizado longe da mãe.

Meu irmão veio me buscar (...) eles tavam tudo no carro me esperando, eu fiquei olhando. Sabe quando dá um minuto de bobeira e tu fica olhando e eles: “Acorda, acorda é nós aqui”. Saí bem perdida assim olhando a rua, meu outro filho tinha ficado em casa o guri de 18, que hoje tem 18, no dia ele tinha 11 anos (...) O guri tava enorme, totalmente diferente do que quando eu fui presa. Ele foi me ver uma vez só que era o meu irmão que levava, mas foi muito olha. Todo mundo fala até hoje que eu passei por ele e não conheci ele, mas pô pequenininho também, eles mudaram muito. Quando eu saí estavam todos diferentes (transcrição: Denise, p. 7, linha 226-236)

Não só a família e alguns locais mudaram em relação às lembranças que a pessoa que ficou afastada tinha, mas a própria presa já viveu experiências, acrescentadas à sua bagagem de conhecimento, que a fazem ver o mundo de outra forma. O lugar de retorno não é familiar, pois está diferente do que a pessoa que volta o deixou (SCHUTZ, 2012, p. 318). Aquele que regressa espera voltar para um ambiente que tem guardado na memória, da forma como viveu no passado, mas assim como ele mudou, as pessoas que ficaram também se modificaram, da mesma forma o espaço físico. Ainda que haja um anseio para restabelecer o grau de intimidade com as pessoas que estavam separadas, ocorreram mudanças na vida de quem esteve ausente e de quem permaneceu no lar. Até mesmo as rotinas sofrem pequenas alterações ao longo do tempo (SCHUTZ, 2012, p. 325).

A passagem pelo ambiente carcerário também pode provocar traumas, embora isso varie de indivíduo para indivíduo. A passagem pela prisão deixa uma marca permanente na biografia dos presos, que eles somente reconhecem ao voltar a conviver com pessoas fora do presídio (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, p. 39). Ao ser presa, a pessoa passa a vivenciar experiências que irão influenciar na constituição de um novo modo de estar no mundo

(MINZON; DANNER; BARRETO, 2010, p. 79). Quando entra na cadeia, precisou passar por uma adaptação ao local e aos ocupantes, o que é um processo psicológico complexo e pode causar até perturbações como stress pós-traumático depois da libertação. As vivências requerem, portanto, modificações nos padrões de vida e dos indivíduos (GONÇALVES; GONÇALVES, 2012, p. 560).

O barulho do abre e fecha do cadeado que Márcia ouviu durante dois anos e dois meses trancando as celas do Madre Pelletier permaneceu nos pesadelos dela, símbolo das lembranças que guarda das experiências vividas quando cumpriu pena, por consequência de ter traficado drogas do Paraguai para o Brasil. Ela alega não saber que o então marido havia escondido entorpecentes no carro que ambos ocupavam quando foram pegos pela polícia. Márcia, até então, lidava somente com o transporte de dinheiro ilegal, atividade que também reconhece como crime, mas pela qual nunca tinha sido capturada. Como já foi comentando nos outros capítulos, a ex-presa atua na área administrativa de uma empresa, trabalho que tem ajudado na adaptação da vida extra-muros.

Até hoje eu tenho trauma de cadeado. Faz o barulho de abrir o cadeado, abrir a trava, fechar, bater o cadeado. Eu não posso ouvir até hoje. Eu me lembro, quando eu saí em condicional, eu dormi com aquele barulho por eu acho uns três meses. Hoje tranquilo, mas no começo eu demorei três meses para eu me libertar daquele barulho, porque te mata né? (transcrição: Márcia, p. 8, linha 229-233)

Quando estão do lado de dentro dos muros, as presas convivem com as lembranças do passado e também fazem projetos que poderão executar na saída. Já na fase posterior, vivenciam a liberdade, mas ainda podem ter traumas, como explicita Márcia. Entre os planos, estão a aproximação dos filhos, ou até a gestação de filhos para quem não teve, como foi o caso de Marilene e como está sendo o de Kely. A busca pela guarda das filhas gêmeas, que estão sob os cuidados da avó em São Paulo, é o projeto de Márcia, que depende da espera pelo término da pena e pela autorização da Justiça. “Minhas filhas não moram comigo, moram em São Paulo. Vou entrar judicialmente, porque eu quero elas de volta, para eu conseguir só via judicial, porque dei a guarda provisória para minha mãe” (transcrição: Márcia, p. 2, linha 43-45). Para alcançar esse objetivo, destaca que tem vencido algumas batalhas, incluindo uma desorientação inicial. “O primeiro dia que eu saí, eu fiquei tonta, eu senti o vento, o barulho de carro, eu fiquei tonta eu tive que encostar num poste e ficar um pouco” (transcrição: Márcia, p. 9, linha 238-244). Após a libertação, é comum a dificuldade de se readaptar.

A vivência no complexo carcerário traz consequências irreparáveis na vida do indivíduo. Estas não se limitam à vida existente no interior das grades, muito pelo contrário, mesmo após a libertação, o recluso sofre dificuldades em se adaptar à nova realidade, isso em virtude da assimilação da cultura prisional que muito se diversifica da sociedade liberta; como consequência, há um alto índice de reincidência criminal (BARRETO, 2006, p. 585)

Não pode se afirmar que a repetição do delito tenha ocorrido em virtude da passagem pela prisão. Ao considerar as entrevistas para esta dissertação, as pesquisadas não correspondem à essa lógica de que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”. Ao menos nas narrativas, fica expressado o caráter de aprendizado.

O que foi observado na amostra para esta pesquisa é a rejeição ao estigma de pessoa que tenha passado pela prisão. Tanto é que as entrevistadas alertam em seus discursos que são diferentes das demais presas. Entre os valores ressaltados por elas como forma de diferenciação estão a discrição, o reconhecimento de serem pessoas boas e confiáveis pelas agentes penitenciárias e a concessão de benefícios por bom comportamento, por exemplo. Tudo isso gira em torno da necessidade de não serem reconhecidas como todas as presas, pelo estereótipo. As próprias egressas se referem às demais como bagunceiras, violentas. Luzia, por exemplo, diz que mulher que está na cadeia é porque gosta. No entanto, ela considera-se diferente justamente pelo fato de não gostar e não querer voltar ao presídio. Márcia afirma não usar o vocabulário de “cadeia” e procura não conversar com outras egressas, com exceção de Luzia.

Márcia tem curso superior e trabalha em uma função administrativa, mas ressalta que nem todos os colegas confiam em seu desempenho profissional e, na sua visão, alguns consideram que ela tem tendência à desonestidade pelo fato de já ter cometido crimes e por ter sido presa por isso. Segundo ela, esse motivo levou a empresa a designar uma funcionária para revisar seu serviço. No local onde mora, procura não se relacionar com vizinhos, pois alguns deles estariam envolvidos com o tráfico e, caso a polícia fosse até a região e conferisse os antecedentes de Márcia, poderia concluir que ela está envolvida. Por conta do rótulo de ex-presidiários, os egressos sofrem dificuldades em desempenhar papéis sociais. A pena muitas vezes engloba o afastamento dos amigos e dos familiares. Por isso, parte deles tem sentimento de exclusão e insegurança (BARRETO, 2006, p. 587).

Como resultado desses fatores, está o estigma. Quando retornam para o convívio misto – normais e estigmatizados, como define Goffman (1988) –, as egressas carregam a marca de terem passado pelo presídio e isso as diferencia de outras pessoas, especialmente das

que fazem parte da mesma categoria de gênero, já que, como foi falado anteriormente, a expectativa em relação ao sexo feminino não envolve cometimento de delitos, por exemplo. Na interação com os que não têm passagem pela prisão, é esperado que os ex-presos sejam reincidentes. Isso porque seriam percebidos como pessoas desonestas ou de vontade fraca (GOFFMAN, 1988, p. 14). Nesse sentido, quem carrega o atributo de egresso pode tentar corrigir o “defeito” (GOFFMAN, 1988, p. 18), ou ressaltar características e comportamentos esperados para a categoria de que faz parte. Dessa forma, é possível notar que a fala de Marilene é organizada de modo a demonstrar que se recuperou, que é honesta e não representa perigo à sociedade, sem intenção de reincidir no crime que cometeu. Isso é sustentado pela ênfase que dá à sua própria avaliação de que o período de encarceramento foi de “aprendizado” e, por consequência, de mudança da maneira de agir. Ela poderia ter falado mais das dificuldades e tristezas que teve dentro do presídio, ou simplesmente não mencionar muitas passagens com foco no lado de dentro dos muros, mas opta por se apresentar dessa forma. Marilene ressalta a opinião de outras pessoas, profissionais ligados aos órgãos institucionais, que a consideravam, segundo interpretação dela, diferente das demais encarceradas. As apenas com quem compartilhava o espaço pertenceriam ao ambiente prisional, enquanto Marilene teria sido encaminhada ao local em função de um “acidente de percurso”, resultado de uma ira acumulada contra a vítima, conforme sua fala. Uma das hipóteses para ressaltar os comentários que outras pessoas faziam sobre ela é que tenha a necessidade de se diferenciar de outras presas e, por consequência, causar uma boa impressão à interlocutora.

O fato de ter matado uma mulher é interpretado e reinterpretado por Marilene ao longo da entrevista. Ela começa a contar sua vida pelos traumas da infância: morte do pai, seguida de transferência de guarda dela para um casal de tios, suicídio da tia, e retorno ao convívio materno, o qual foi marcado por agressões e cobranças. Na sequência, comenta que o marido era infiel e também a espancava. Uma das amantes a atormentava e, não sabendo lidar com isso, em um momento de raiva, tirou a vida da rival. Punida não somente com a privação de liberdade, mas também pelo título de assassina que lhe foi conferido, Marilene passa pela prisão e demonstra que os dois anos que esteve do lado de dentro das grades representaram um momento que usou para pensar sobre sua vida, refletir a respeito do contexto em que ela transcorre, assim como suas escolhas. A partir daí, a liberdade seria vivenciada, conforme relata na entrevista, com um posicionamento menos agressivo. A

prisão, portanto, representa o rompimento com o passado violento, primeiro na infância, depois na vida adulta e que culminou no cometimento do assassinato.

Além de destacar a mudança de comportamento, Marilene ainda mostra necessidade de convencer sobre essa transformação, lembrando que o assassinato que cometeu seria resultado de seu passado e que essas vivências haviam sido retrabalhadas na cadeia, com base em outras experiências. Uma das hipóteses para isso é a tentativa de provar, em seu discurso, que está recuperada e que não se enquadrava no papel de assassina, até porque vestiu esse rótulo somente por uma ocasião e expurgou o título no período da prisão. A preocupação em demonstrar, apesar de ter cometido um assassinato no passado, que não quer ser vista como assassina eternamente, pode ser a resposta para a tendência a mencionar seu papel de mãe amorosa, preocupada com os filhos. Para Howard Becker (2009), basta cometer um único crime para ser rotulado de criminoso. A partir daí, presume-se que esse sujeito seja alguém que sempre irá desviar das leis. Outras entrevistadas também deram ênfase ao lado maternal, acrescentando ainda a questão do trabalho como forma de se aproximar da representação de honestidade – nesse caso, especialmente as que foram presas por tráfico e que teriam ingressado no crime para obter recompensas econômicas.

Após sair da cadeia, Marilene foi confrontada com mais violência. Ela conseguiu escapar das agressões do segundo marido recorrendo a auxílio institucional e depois teve ajuda de um grupo da comunidade onde morava. Essas alternativas foram diferentes de como terminou com o conflito conjugal anterior, que incluía traição, e que resultou em uma morte. A personagem atribui à prisão a mudança de escolha por meios para tomar as novas atitudes. Uma das hipóteses para ressaltar isso é a vontade de dizer que a pena atribuída a ela funcionou e que ela passou de pessoa agressiva e sujeita a cometimento de violência à pessoa equilibrada e cautelosa, que adota medidas racionais para solucionar os problemas.

A linha da entrevista de Marilene não difere de algumas das outras pesquisadas para esta dissertação em alguns aspectos. Boa parte delas atribui à penitenciária a definição de “lição”, seja pelas lembranças negativas de medo da violência dentro da casa prisional, problemas na estrutura, obrigatoriedade de cumprimento de regras e distância dos familiares, seja por aspectos que elas consideram positivos como o trabalho e os cursos oferecidos. Todas as sete entrevistadas reforçam em suas falas o papel de mãe, até mesmo Kely, que não tem filhos, mas considera-se responsável pelo irmão mais novo e pelos sobrinhos. As entrevistadas procuraram manifestar que o apego às crianças seria uma motivação para permanecerem longe de irregularidades e não correrem o risco de voltar a cumprir pena de

restrição de liberdade. Roberta, que foi líder de um grupo de traficantes, diz, por exemplo, que é tentada todos os dias pela vida do crime. Porém, opta por ganhar um salário modesto como cozinheira para não ser pega pela polícia novamente, sob pena de reviver momentos em que esteve distante da filha.

Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, a sociedade cria expectativas do que é desempenhar papel de mulher. Normalmente é ser passiva, amável, dócil e maternal. São estabelecidos meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria (GOFFMAN, 1988, p. 11-12). Dessa forma, quando a mulher se afasta dessas representações esperadas do sexo feminino, é estigmatizada.

Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado (GOFFMAN, 1988, p. 138)

As mulheres que cometeram crimes, especialmente as que praticaram atos de violência, se afastam do estereótipo de mulher. Uma das hipóteses para as entrevistadas se referirem bastante à maternidade na fase em liberdade como uma das comprovações de permanecerem honestas é a ideia de se adequarem às expectativas. Quando libertadas, os discursos sobre planos e sobre a vivência fora das grades, muitas vezes, reforçam que elas estão se aproximando do que é o esperado do papel estereotipado do sexo feminino e que a cadeia serviu como divisor de águas para que pudessem repensar suas escolhas e decidirem por serem “honestas”.

Como já foi comentado, a vivência de liberdade, após o cometimento de crime ou ato de violência, e passagem pela prisão, envolve preconceito, pois os ex-presidiários, sejam homens ou mulheres, relatam estar sempre sob suspeita de que irão reincidir. Uma das explicações para o que foi expressado em parte das entrevistas é que, no caso das mulheres, uma forma de demonstrar que não voltarão a cometer delitos é que estão dando prioridade para os filhos. As escolhas de passagens a contar nas entrevistas de Marilene e de outras pesquisadas incluem relatos sobre cuidados, até excessivos, com a saúde dos filhos, o desejo de recuperar a guarda das crianças que ficaram com parentes ou instituições públicas enquanto estiveram na cadeia, aceitação dos filhos e ainda o não uso de violência com as crianças, etc. No caso de Marilene, a estigmatização não foi apresentada de forma manifesta,

porém o conteúdo latente, que está nas entrelinhas, mostra que ela se esforça para comprovar que deixou de ser a pessoa que era antes, a qual poderia ser objeto de preconceito.

Observa-se a partir do interesse de apresentação de Marilene, que é a forma como ela quer ser vista pela interlocutora, é mostrar que, em razão de seu passado, tem uma vida organizada e tranquila, dedicada principalmente aos filhos. Pelas narrações, demonstra que a vivência do momento presente só é possível pela forma que interpretou suas experiências, as quais ela classifica como ensinamentos. Analisando toda sua biografia, é possível notar que ela está dividida em antes e depois da prisão.

A diferença entre a reação às agressões que sofreu do primeiro marido e às do segundo companheiro é, conforme seu interesse de apresentação, a passagem pela prisão. Marilene informa que, no período em que esteve presa, pôde se conhecer melhor e, assim, lidar com a sua agressividade. Dessa forma, conseguiu ser uma pessoa diferente da mãe, que a batia quando algo não estava a seu contento. Ela diz que somente porque esteve na cadeia é que teve condições de ser boa mãe. Para Marilene, ter êxito ao desempenhar o papel materno é ser o oposto da sua própria mãe.

Eu te digo uma coisa bem séria se não fosse o Madre Pelletier eu não seria a mãe que eu sou porque eu não teria tratado o meu eu aquele monstro que eu sempre me achei a pessoa mais calma mas mentira se eu cheguei a pegar um revólver e dar um tiro não era calma coisa nenhuma eu era um barril de pólvora eu tinha uma máscara mas ah muito horrível (transcrição: Marilene, p.7, linha 251-255)

Nessa passagem, é possível perceber que descreve a si própria como uma pessoa capaz de matar em função das vivências do passado. Mas o que aprendeu na prisão, conforme seu relato, fez “tratar” essa tendência e o resultado de tudo isso foi ter se tornado boa mãe. Portanto, o objetivo de dominar a agressividade é corresponder a uma das características que se espera de uma “boa” mulher: ser boa mãe.

Ao falar da diferença entre a experiência como filha – que esteve relacionada com a violência e também com abandono – e como mãe, ela ressalta que conseguiu romper com um destino que seria, na sua visão, praticamente inevitável: a repetição do comportamento de sua mãe. Importante constatar também que, na fase em liberdade, Marilene acumulava experiências passadas, incluindo o fato de ter uma infância violenta, um marido violento e uma atitude que a fez tirar a vida de outra pessoa e que a fez pagar pena de prisão. Dessa forma, ao ser confrontada com agressões do segundo marido recorreu, conforme seu relato, de

outros meios para sair daquele contexto, que não envolviam a violência. Marilene fala do presente fazendo comparações com o passado vivenciado e nele a violência aparece em muitos momentos. Segundo Schutz (1979), os cursos de ação estão atrelados, de alguma maneira, às interpretações de experiências passadas. Por isso, será tratado o tema violência a seguir.

5.2 VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA NA PRIMEIRA PARTE DA VIDA

Marilene vivenciou situações de violência na infância e na adolescência praticadas por sua mãe. Ela também faz menção por mais de uma vez a um sentimento de insegurança. Disse na entrevista que teve que aprender tudo por si própria. Como é comum nas regiões rurais do Brasil, trabalhava desde criança na propriedade da família e, a partir dessa época, já era cobrada dela maturidade maior do que poderia suportar, não exatamente em relação às tarefas no campo, mas a respeito dos cuidados com a tia que a criou na infância, por exemplo. Relata que, por muitos anos, conviveu com a culpa de não ter cuidado dela e, por conta disso, a mulher ter conseguido se matar, como sugeriu o tio. Ao retornar para a casa da mãe, era frequentemente compelida a fazer o que ninguém havia ensinado. A consequência por não saber fazer era o castigo da surra. O resultado foi que passou a ter medo de perguntar o que não sabia tanto para a mãe como para outras pessoas. Além disso, sentia-se rejeitada e sem ter quem olhar por ela. Um dos exemplos disso é seu comentário sobre ser emancipada aos 16 anos:

Eu fui emancipada para poder trabalhar no hospital e acho que a minha mãe queria mais sei eu que eu sumisse aí pegou e me emancipou, pra mim, emancipar sei lá vou poder trabalhar, tá ótimo, mas eu nem tinha noção o que era a minha emancipação que dali pra frente eu comandava a minha vida de maior eu resolvia mas como eu acho que eu fui criada assim por um ou por outro tanto faz eu me virei até agora e foi o que eu fiz eu fui me virando (transcrição: Marilene, p.5, linha 186-191).

Emancipada tanto da tutela, como da agressividade da mãe, ela casou com um homem que a traía com outras mulheres e que, quando ela cobrava fidelidade, a espancava assim como fazia a mãe. Para acabar com as traições, Marilene matou a rival a quem hoje chama de "pobre vítima coitada". Ela própria analisa as motivações para o assassinato, lembrando que ficou com muita raiva de uma das vezes que o homem bateu nela e a

machucou mais do que nas ocasiões anteriores. Somado a isso, tinha ódio da amante, que perseguia tanto ela como o marido.

O tratamento agressivo que o marido dispensava a Marilene, aliado às traições e às abordagens que a amante fazia ao casal próximo de casa e do trabalho resultaram no assassinato, ainda de acordo com o que Marilene falou na entrevista. Mas ela não se vingou diretamente do marido, e sim da amante. Esses podem ser alguns dos motivos para o ato, somados às suas vivências de infância e adolescência até o início da vida adulta. Ela própria afirma que acumulava “raivas” e “monstros” pelo fato de ter sido “maltratada”.

Avaliando hoje em dia, Marilene diz que se vingou da "pessoa errada". Atualmente, vê a mulher assassinada como vítima do homem assim como ela foi. Marilene classifica a si mesma como jovem e explosiva na época do crime. Porém, em outras passagens, se refere a ela própria como "ingênua", que precisou ser alertada por amigas sobre a infidelidade do marido. “Eu era uma coitada não conhecia nada da vida, eu não sabia nada não tinha malandragem, não sabia nada, esse amor tinha mil e quinhentas mulheres” (transcrição: p.1, linha 23-25). Passados mais de 20 anos, define sua ação como uma "loucura". Ela atribui o comportamento agressivo do marido ao relacionamento dele com outras mulheres: “Nos casamos, acabou que ele começou a me surrar por causa das mulheres” (p. 1, linha 25-26). Uma das hipóteses para falar dessa forma é que assim retira dele a responsabilidade pelas agressões e pode ser esse pensamento que a levou a atirar na amante.

“Antes eu dizia que tinha sido por amor. Mentira, foi por ódio” (transcrição: Marilene, p. 1, linha 29-30), salienta ao se referir sobre seu ato. Analisando essa frase, é possível notar que Marilene mudou a forma como justifica sua atitude. Primeiro leva a crer que argumentava para as outras pessoas que a medida extrema havia sido tomada em nome de um sentimento que poderia recuperar seu casamento. Depois, quando fala que estaria mentido, a alegação é da ira, o sentimento seria para defender a honra, tal qual Mariza Corrêa (1981) discorre no livro “Os crimes da paixão”, relacionando principalmente os delitos contra companheiras, os quais geralmente são tratados como passionais. Marilene não cita o desenvolvimento de um plano de ação para se livrar das surras do marido. O objetivo era terminar com a relação entre ele e a amante. Pela sua entrevista, apresenta que o diálogo não solucionou o problema nem com o homem, nem com a mulher, que a provocava. Dessa forma, Marilene seguia em um triângulo amoroso. As duas já haviam se agredido mutuamente. "Ela ia ela batia e fazia um barraco na porta da minha casa uma vez ela se

agarrou ((sorri)) eu nunca fui de brigar e era soco na frente da casa" (transcrição: Marilene, p.6, linha 212-213).

A antropóloga Claudia Fonseca (2006), em entrevista transcrita no livro "Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência", considera, com base na sua trajetória de pesquisas, que a violência faz parte do cotidiano. Nas relações em que existam poderes desiguais, o problema "em potencial está colocado" (FONSECA, 2006, p. 43). No caso de Marilene, isso se confirma com as agressões da mãe, que detinha o poder na hierarquia familiar em relação a ela, além de força física. Conforme Fonseca, a infidelidade dos homens é uma queixa das mulheres mais frequente do que a violência física. Entre as reclamações, estão as de que os homens desperdiçam dinheiro com "outras", em vez de sustentar bem a família, por exemplo (FONSECA, 2006, p. 49). Apesar disso apontar uma cobrança pelo desempenho do papel masculino de provedor, aparece mais forte uma mágoa de o homem não respeitar a relação conjugal. Assim, segundo a autora, o que é interessante não é o fato de a mulher reclamar do fato de trabalhar demais, mas sim de fazer isso, enquanto ele não cumpre o contrato de fidelidade (FONSECA, 2006, p. 49).

No caso específico de Marilene, não se pode dizer ao certo se as vivências que teve de violência estão diretamente relacionadas com o uso de violência para acabar com um conflito entre ela, o marido e a amante dele. Porém, ressalto que ela constrói a narração de sua trajetória a partir dessa lógica. Portanto, justifica, de certa forma, esse roteiro que culminou no assassinato.

O ciclo da violência começa, muitas vezes, na família e nas instituições para crianças e adolescentes, continuando em algumas situações no casamento (MUSUMECI, 2001, p. 5-8). Reforço, porém, que a vivência de experiências de violência não significa, necessariamente, que as vítimas passarão a praticar o que sofreram.

Com base em literatura sobre o assunto, Simone G. Assis, Joviana Q. Avanci, Nilton C. Santos, Juaci V. Malaquias e Raquel V. C. Oliveira (2004) observam que a forma como um adolescente se vê, assim como enxerga seus valores, sua competência e o mundo que o cerca pode ser afetada pelo grau de violência a que é submetido ao longo de sua vida. A experiência de violência pode ter um importante papel no julgamento que o adolescente faz de si e dos outros.

Nesse sentido, o impacto da convivência familiar sobre o crescimento e desenvolvimento infanto-juvenil é o elo fundamental para a formação do indivíduo. A comunicação entre pais e filhos e a vitimização física, sexual e psicológica ocorrida na família ou cometida por pessoas que são significativas para a criança ou adolescente são fatores que interferem na

construção da autoconfiança e da confiança nos outros. A violência cometida por pessoas de quem a criança ou adolescente espera amor, respeito e compreensão é um importante fator de risco que afeta o desenvolvimento da auto-estima, da competência social e da capacidade de estabelecer relações interpessoais (24), potencializando a fixação de um autoconceito negativo e uma visão pessimista do mundo (25) (ASSIS et al.; 2004, p. 44)

Lembro também, que nem todas as entrevistadas que praticaram violência relatam em suas entrevistas terem vivido situações semelhantes. Glória, 40 anos, que matou um homem por causa de um conflito na compra de uma geladeira, por exemplo, não faz referência a agressões familiares durante a infância. Pelo contrário, as lembranças que conta dessa fase são felizes e a família sempre funcionou como um porto seguro.

Tanto Glória, como Marilene têm atualmente condições de olhar para o passado e observar as motivações baseadas em suas interpretações de experiências vividas. Enquanto estavam executando as ações, não tinham em mente seus motivos “porquê” – voltados ao passado, segundo definição de Schutz (2012, p. 141-142). Somente depois dos atos, ambas puderam olhar para o que fizeram e investigar a razão de quais circunstâncias levaram a agir daquela forma. Faço referência ainda às biografias de Roberta, que perdeu o padrasto e o pai. Um foi assassinado e o outro se matou. O filho de Luzia foi morto, assim como o marido de Denise e o pai e o cunhado de Kely. Apesar de as mortes terem impacto importante na trajetória delas, não há indicativo que tenham sido motivadores de violência na família, ou praticada por elas.

Na entrevista de Marilene, o ato de matar e de ser punida representam uma interrupção na vida dela. Ela descreve que esperou ser presa, se entregou, aguardou todo o processo e o julgamento, se apresentando nas audiências até ser condenada e levada ao presídio. A pena estipulada pela Justiça foi de 12 anos e oito meses e se resumiu a dois anos em sistema fechado e dois no semiaberto, segundo Marilene⁷. A entrevistada entende como justa a pena de reclusão e interpreta o período em que esteve presa como de aprendizado.

5.3 PRISÃO COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO

Marilene fala em sua entrevista que transformou o tempo que poderia ser perdido na prisão, como um momento produtivo. Essa noção de resiliência está presente no transcórrer

⁷ Não tive acesso ao processo judicial da entrevistada. Marilene demonstrou falta de vontade de procurar e mostrar os documentos. Quando questionada sobre as datas, falava que tinha dificuldade de lembrar e que teria que procurar em “seus papéis”. No Tribunal de Justiça, os documentos são localizados somente pela data ou número de arquivamento. Por esse motivo, não consegui localizá-los.

da entrevista e tem relação com o interesse de apresentação. Ela fala do fato de ter ido para a prisão como oportunidade produtiva.

Eu aproveitei e nesse tempo que eu tive na penitenciária eu tirei o que tinha de bom eu suguei tudo de bom eu fiz tratamento psicológico eu fiz um grupo lá que a diretora fez de regressão a gente tratou tudo os nossos bichos as nossas raivas os nossos monstros aquilo foi espetacular ((fala pausada com entusiasmo)) eu digo hoje eu sou a mãe que eu sou por causa do que eu fiz se não eu seria a mesma minha mãe ou pior eu seria uma bola de fogo eu ia maltratar meus filhos igual eu fui maltratada e agradeço olha tem coisas que tu tem que passar na vida de um limão tu faz uma limonada claro que não é uma coisa pra se vangloriar ah eu fiz passei mas eu tentei já que tinha errado tava ciente do meu erro tirar o que é possível o que é bom não vou pegar o que é ruim peguei o que era bom, toquei minha vida pra frente (transcrição: Marilene, p. 8, linha 285-295)

Sobre o aprendizado, quase todas as demais entrevistadas também mencionaram que encaram a cadeia como uma lição. Porém, o sentido para essa palavra é diferente para cada uma delas. A motivação para se manter distante da prisão, também.

O aprendizado a que Roberta se refere na cadeia é de que aquele lugar não é um local para arriscar voltar. Julgamento semelhante faz Luzia, 46 anos, que cumpriu pena por tráfico, mas que se diz inocente. Ela estava em liberdade condicional quando concedeu a entrevista e dizia o quanto sofreu nas dependências do presídio, principalmente pela falta de utensílios e materiais, que normalmente são levados pelas visitas.

Sofri o pão que o bichinho amasso, os primeiros dia né, depois as guria, tem algumas amiga que ajudam né, mas enquanto não recebi uma visita fiquei 16 dias sem vim nenhuma ajuda de ninguém sem ter o apoio de nenhuma lá dentro, horrível, depois daquela ali ó, cadeia nunca mais (...) eu não gosto de cadeia, detesto, eu não queria ter caído naquele lugar nunca porque aquilo ali foi horrível também foi horrível e também foi uma lição né pra gente aprendê muita coisa né tem coisa que a gente aprendeu não voltar praquilo lá pra mim, pra quem nunca tinha puxado, puxou um ano e oito no fechado né, sem vê a rua né (transcrição: Luzia: p.4, linha 124-135)

O entendimento de Glória, que já foi citada aqui, é de que a prisão é a consequência de quem fez algo para merecê-la. Por isso, se conforma com a pena:

Eu sempre pensei, se tu comete ou faz alguma coisa que não é legal principalmente se tira a vida de uma pessoa tu não tem esse direito mas também não pode julgar não sabe qual foi a situação e tal acho que tem que pagar por isso de uma forma ou de outra tem que pagar (transcrição: Glória, p. 7, linha 208-211)

A gente tá privada de liberdade, mas a gente tem que entender que a gente tá privada de liberdade porque a gente cometeu um crime né e que tu tem que aceitar, se não, tu vai sofrer mais ainda chega uma hora que tu tem que aceitar (transcrição: Glória, p. 10, linha 283-287)

Pesquisa realizada por Raquel Matos e Carla Machado (2007), em Portugal, mostra discursos semelhantes aos da amostra de entrevistas para esta dissertação. As presas relacionam aspectos positivos associados à significação da prisão como contexto que permite às reclusas amadurecer, por exemplo. Por outro lado, emergem significações negativas ligadas à privação de liberdade, como não poder sair, o impacto que a reclusão causa nos outros, em particular na família (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1046).

Segundo as autoras, a ambivalência nos discursos das mulheres dá a entender que não seria legítimo dar uma significação positiva à prisão. Contudo, na construção da narrativa algumas interpretam positivamente o desafio da reclusão, como algo que lhes permite conhecer capacidades que desconheciam possuir, assim como atribuem visões pessimistas. Outras entrevistadas ainda descrevem apenas as consequências da inadaptação.

As pesquisadoras identificaram ainda que o desvio que levou as entrevistadas à prisão é representado como uma suposta anomalia. Já a vida futura é remota e idealizada como “normal”.

Tal idealização conduz-nos ao argumento de que a construção narrativa do crime e da reclusão como interrupções nos percursos de vida destas mulheres faz parte de uma sua estratégia de auto-apresentação em conformidade com os discursos dominantes da feminilidade. Através deste discurso parecem procurar corresponder ao discurso tradicional sobre a mulher, que pressupõe que qualquer elemento transgressivo no seu percurso de vida seja inevitavelmente considerado uma exceção ou um desvio à «natureza feminina». Note-se, aliás, como em qualquer destes dois posicionamentos é notória a preocupação com a «normalidade», sendo esta normalidade feminina equacionada com o contexto da família, do trabalho e da escola, excluindo qualquer possibilidade de desvio (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1052).

Uma outra visão sobre o “aprendizado” dentro da cadeia, é de um significado de assimilação da cultura e da ética carcerária. Isso se faz necessário para que o indivíduo preso consiga lidar com questões apresentadas (PEREIRA, 2011, p. 46). A partir de um estudo no presídio feminino de João Pessoa em 2008 sobre educação, Helen Halinne Rodrigues de Lucena e Timothy D. Ireland (2013) analisam o conteúdo narrativo de presas observando que, além do ensino formal oferecido na instituição, é possível notar um "espaço rico de

aprendizagens" resultado das próprias experiências cotidianas das mulheres (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 129). A convivência foi uma das aprendizagens que mais se destacou nas narrativas das encarceradas. Em todas entrevistas, o aprender a conviver é uma condição indispensável para sobreviver na prisão. Dessa forma, o espaço carcerário é um espaço onde, além de ser necessário ter habilidades para lidar com os conflitos do contexto social, necessita de aprendizagens que passam pela descoberta e pelo respeito do outro com quem passam a conviver (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 130).

Vale sublinhar que, por ser extremamente necessária para se sobreviver na prisão, a aprendizagem da convivência – em maior ou em menor grau – acaba também sendo imposta por esse contexto, já que não se tem outra alternativa. Assim, a necessidade de se ter uma boa convivência produz novas sociabilidades que, de um lado, podem fortalecer a percepção de interdependência uns dos outros, para que se administrem melhor os conflitos que, por acaso ali se cheguem a formar, e, de outro, podem favorecer a organização de grupos identitários e, com eles, contribuir para a produção de conflitos entre os desiguais. Trata-se de um mundo em que se aprende a dar valor à liberdade e em que as pessoas a quem menos se valorizava passam a ser as mais importantes. Nesse mundo, também se tem que conviver com coisas tristes, como a rejeição e o abandono. Em que chorar é mais comum do que sorrir e em que a lua e as estrelas, tão despercebidas por quem está fora dele, não podem ser contempladas. É, enfim, um mundo onde as experiências se transformam em aprendizagens, e as aprendizagens se transformam em novas experiências (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 130).

Nesse sentido, apesar de encarar como um castigo, Glória destaca que passou a ter comportamento diferente em função do convívio com outras presas e com agentes penitenciárias. Atribui o comportamento agressivo ao uso de drogas, que largou enquanto esteve encarcerada, mesmo que a oferta de entorpecentes dentro das grades seja rotineira, conforme Glória.

Eu aprendi muita coisa assim tolerância, a gente aprende a tolerar, a ter paciência, criei um pouco mais de sabedoria, sabe? comecei a entender mais as pessoas eu mudei radicalmente, porque eu era uma pessoa totalmente transtornada, talvez por causa da droga, daí eu parei de usar e comecei a ver com outros olhos as coisas hoje em dia a pessoa me fala uma coisa assim se não me acrescenta entra aqui e sai por aqui, não dou ouvido pra certas coisas (transcrição: Glória, p. 8-9, linha 242-247)

Mais eu estudei lá fiz curso de informática fiz a cozinha Brasil esse curso rápido de culinária eu fiz lá também então tudo que aparecia de oportunidade eu ia lá e fazia me metia porque eu acho que tu já tá privada de um monte de coisa então pelo menos faz alguma coisa de útil né que ocupa a tua tua mente

e faz com que teu tempo passe mais rápido (transcrição: Glória, p. 10, linha 294-298)

A ambiguidade é apontada também por Fernanda de Magalhães Dias Frinhani e Lídio de Souza (2005) em trabalho realizado com dez detentas da Penitenciária Estadual Feminina do Espírito Santo. Nessa pesquisa, as presas apresentam as colegas como companheiras, com quem podem compartilhar momentos de alegria e tristeza. Mas ao mesmo tempo, apontam que na cadeia ninguém é amigo de ninguém, que há muita fofoca e traição. Assim como dizem manter uma boa relação com a administração, ressaltam que preferem manter distância. Mesmo considerando a prisão como uma escola, em que aprendem muito e passarão a ser pessoas melhores, também mostram que a mesma prisão seria uma escola para se tornar alguém ruim (FRINHANI; SOUZA, 2005, p.77).

No caso de Roberta, por exemplo, a interpretação da experiência na prisão está relacionada principalmente ao afastamento da filha e também à obrigatoriedade de cumprir regras:

Aquilo ali pra alguma coisa me serviu de lição sabe hoje eu dou valor pra minha liberdade sabe eu acordo, eu saio, lá não tem isso, tu tem horário, regras que tu tem que obedece:er se tu não trabalhar tu é desligada aí tu vai para uma galeria mais chata que ninguém respeita, sabe? os funcionários todos gostavam de mim aí eu era auxiliar depois eu passei para cozinheira sabe me pagavam de auxiliar vinte reais e de cozinheira cinquenta aí eu fazia comida todos os funcionários me respeitava nesse sentido foi tranquilo só que o ruim é que tu fica presa tem que se submeter às regras deles (transcrição: Roberta, p. 4, linha 129-140)

Em função do valor que ela passou a dar à liberdade após o período na prisão, assegura que o crime não compensa e é sua escolha permanecer trabalhando ao invés de vender drogas como fazia antes:

Botei os pé no chão, agora vou trabalhar, esquecer o que passou, quero mais porque eu aprendi a lição que não paga os dois ano que fiquei longe da minha filha e aí comecei do zero, trabalhando vai fazê três meses que tô neste trabalho e tô tocando a minha vida, durmo bem acordo bem, não tenho problema com polícia, não fiquei devendo nada pra vagabundo nenhum e vivo bem (transcrição: Roberta, p.1 linha 21-25)

Por outro lado, Roberta descreve que a decisão precisa ser lembrada frequentemente, pois sofre com a tentação, segundo ela.

Hoje eu não quero mais isso pra mim, quando eu saí, apareceu tudo os diabinho colocaram bandeirinha de tudo que é lado pra eu querer me envolver com isso, mas eu disse não vai tentação e eu vou te dizer, no começo foi difícil, eu tava acostumada assim dinheiro e aí tu olha pras coisa e olhava para os teus armário, da onde é que eu vou tirá dinheiro sem trabalha? eu nunca vou me sustentá eu olhava e vinha aquela tentação e eu dizia eu vou vencer isso, eu não quero mais, aí eu olhava pra Deus “aí meu Deus me ajuda, me dá uma porta de solução” (transcrição: Roberta, p. 5-6, linha 180-186)

Depois disso, ela conta que passou a ser beneficiária do programa social Bolsa Família e também começou a trabalhar como cozinheira em um restaurante do shopping. Menciona que dá prioridade a comprar peças de roupa ou algum objeto para os filhos – teve um menino após ser libertada – e não para ela, apesar de sentir vontade de encher os roupeiros, já que estava acostumada a gastar boas quantias em lojas femininas.

Tu tá acostumada com mil, dois mil, três mil, eu vinha nesse shopping e gastava milhões, aí depois tu vim e ter que contar aí às vezes eu olho, ah que bonito, depois eu penso tenho dois lá em casa e digo ah não vou comprar pra mim depois vou comprar pra eles e aí eu mudei eu gastava um monte (...) eu gastava dois, três mil sabe e isso aí me custou né custou dois anos da minha liberdade eu nunca mais vou recuperar com a minha filha (transcrição: Roberta, p.5-6, linha 180-196)

Para Roberta, a consequência de ter se preocupado somente com ela própria foi a prisão, pois cometeu irregularidades que a colocaram em risco de ser pega pela polícia. Por conta disso, teria aprendido a pensar nos filhos como prioridade, o que significaria também um afastamento da penitenciária, pois não cometeria atos que poderiam a levar para a prisão outra vez. Dessa forma, a hipótese é de que queria deixar transparecer que pretende fazer como a sociedade espera que as mães façam, pensem primeiro na família.

Apesar de Marilene e as outras ex-presas fazerem a avaliação de que tiveram um saldo positivo, com aprendizado e mudança de comportamento para melhor ao saírem do presídio, todas elas falam de impressões de medo, desconforto e descrevem a cadeia com a palavra “horrrível”. A primeira impressão ao subirem para as galerias, com a visão das roupas penduradas e ao som da conversa das outras presas, é de pavor. Porém, nem todas mencionaram o que viveram ou como era a rotina no Madre Pelletier. Marilene, por exemplo, fala muito pouco sobre o local. Em uma das raras passagens a respeito da penitenciária comenta: “Uxi, aquilo lá ((parece que se arrepiou)), aquilo lá não é pra pessoa (Transcrição: p. 7, linha 249). Mais tarde descreve o choque inicial:

Eu cheguei lá e me apresentei pra ser presa. Quando tu entra numa tal de coisa um negócio muito algo e aqueles colchão no chão aquele troço imundo de sujo, fedendo com gente que tu não sabe nem quem é, eu me deparei com aquilo que tu viu que tu perdeu a tua liberdade tu não perdeu só a tua liberdade como tua identidade agora tu tá aqui seja o que Deus quiser tu não sabe o que vem pela frente aí é muito triste é muito horrível (transcrição: Marilene, p. 7, linha 255-260)

Um dos motivos para as entrevistadas descreverem a imagem negativa da cadeia é, além da estrutura, que necessita de reformas, e da falta de higiene que lembram, é a violência entre as presas. Afinal, a agressão está entre os elementos pertencentes ao universo carcerário (FRANÇA, 2014, p. 222).

Em cada presídio, existem grupos reunidos por afinidade, ou interesses. Além disso, há desavenças que resultam em brigas e bate-bocas.

A estrutura prisional exige, por um lado, que as normas de convivência tradicionais sejam respeitadas, mas, por outro, o sistema obriga as detentas a agir com violência para sobreviver às interações com as outras presas. Entre as reclusas, não é comum uma perspectiva crítica, por meio da qual seria possível enxergar a perversidade e a contradição das pautas de conduta exigidas. Como resultado, muitas são punidas por exprimir um comportamento violento (válido entre elas) nas interações com os distintos grupos que compõem o ambiente do cárcere (inclusive os funcionários) (ESPINOZA, 2004, p. 163).

Assim, as mulheres presas respeitam regras de conduta estipuladas por elas mesmas e uma delas é de reprimir a fofoca. Kely, condenada por tráfico e que esteve presa com a mãe e a irmã, conta algumas situações em que presenciou brigas graves dentro da penitenciária e, por conta disso, sentia-se sob suspeita das outras a todo momento.

Teve um dia um final de semana num domingo que era visita e eu tô saindo do banho de manhã cedo saindo enrolada na toalha e quando vê umas duas guria começaram a discutir na porta do banheiro e eu tô enrolada na toalha e parada atrás delas aí começaram a brigar a discutir aí a outra falou bem assim tah então espera um pouquinho que eu quero vê se tu é tudo isso que tu tá falando de mulhé aí saiu do banheiro foi lá dentro da cela dela quebro o vidro da janela e veio com um pedaço de caco de vidro desse tamanho com um pano enrolado numa ponta aí pegô e chamô a outra a outra saiu assim desceu da porta do banheiro aí ela me passo o caco de vidro na cara da guria isso aqui a bochecha da guria caiu tudinho pra baixo apareceu todinho o dente dela a arcada dentária dela isso aqui apareceu tudinho e eu atrás dela eu me apavorei e eu “meu Deus onde é que eu tô” imagina se ela fez isso com a cara da outra imagina se ela pega uma aí pra matá mesmo aí quando vê já subiu a polícia correndo porque daí a outra a mulhé dessa que levou que foi cortada se pegou e se agarrou no pau com a outra que deu que cortou a mulher dela aí desceu as três pro portão com a polícia foram até na

delegacia dar ocorrência tipo isso é uma coisa assim que bah pra mim foi que nem se eu tivesse no Carandiru entendeu? (Transcrição: Kely, p. 8-9, linha 298-312)

Enquanto estava presa, não podia descuidar. Se era vista falando com um agente penitenciário, era acusada de estar passando informações. Por isso, optava por ficar em sua cela, sem conversar com muitas colegas de prisão. O comportamento é semelhante ao que passou a adotar no regime semiaberto:

Eu prefiro ficar mais na minha de canto, quieta entendeu e bater de boca eu bato com a polícia, mas daí é por uma coisa minha, pelo meu processo, porque se não eu sou na minha eu quero mais é cumprir essa minha cadeia porque tudo que vier no meu semiaberto vai me prejudicar no processo. E eu vou ter que ficar mais tempo ali (transcrição: Kely, p. 9 linha 327-331)

O medo se tornou parte da rotina, assim como viver em sobreaviso. Isso, para Kely, representa uma segunda prisão dentro das celas. São regras dentro das regras institucionais que provocam repúdio ao presídio e a possibilidade de voltar para ele. Isso está incorporado no aprendizado ou lição que as presas dizem ter. O aprendizado é que não compensa cometer crimes para voltar para um local descrito como ambiente ameaçador. Além disso, a passagem pela prisão atribui um rótulo de criminosas, o qual elas querem expurgar.

Apesar de a amostra de entrevistas ser pequena para comparações, os relatos indicam diferenças na interpretação de prisão para as mulheres que praticaram assumidamente violência e as que cometeram crime de tráfico, por exemplo. Para Marilene e Glória, que cometeram homicídio, a passagem pela penitenciária foi um aprendizado pessoal. Ambas entendem seus crimes como errados e consideram que mereciam ser punidas. Elas afirmam que mudaram para melhor após o tempo em reclusão. Já Márcia, Luzia, Kely, Denise e Roberta, condenadas por tráfico, consideram essa lição como a compreensão de que a pena é um castigo, o qual elas não querem correr o risco de pagar novamente. O entendimento é de que a experiência não foi boa e que elas aprenderam que não vale a pena reincidir, pois a pena provavelmente é o retorno para a prisão. Nenhuma das cinco últimas demonstra sentimento de culpa.

5.4 MUDANÇA DE ATITUDE NA FASE LIBERTA: REFORÇO DOS PAPÉIS DE GÊNERO

Voltando ao caso de Marilene, lembro aqui os momentos contados por ela que mostram que passou a adotar atitudes diferentes das que teria antes do encarceramento. Ao sair do presídio, a entrevistada voltou a ser vítima. Quando ficou grávida, começou a sofrer as agressões do segundo marido. A situação não era exatamente como a primeira, a qual tinha acrescido o componente da amante. Na segunda, Marilene teve dois filhos, sendo que a violência começou quando ela estava grávida. Além disso, o homem usava drogas e álcool. “Eu conheci o inferno na minha vida. Ele era drogado e alcoólatra e eu não sabia” (transcrição: p. 2, linha 46).

A saída para o problema também foi diferente. Da primeira vez, mesmo que ela tenha apanhado do marido, o conflito tinha origem nas brigas e intromissões da amante. Da segunda vez, ela identifica o problema no marido, mas a solução não foi com uso da violência da parte dela. Uma das possibilidades para ter agido dessa forma é o fato de já ter passado pela prisão e de saber das consequências institucionais, outra seria porque, além das consequências punitivas do sistema de reclusão, isso implicaria também em ficar distante dos filhos, os quais não teriam alguém da família para ficar com eles. Uma terceira hipótese é que conseguia ver outra saída além da violência e procurou entidades e a polícia para ajudá-la. Outra possibilidade ainda é que não tenha se voltado contra o homem, porque ele seria mais violento do que o marido anterior e poderia revidar mais fortemente, colocando em risco sua vida e a de seus filhos. Nesse momento, precisou enfrentar outro tipo de estigma, o da mulher que apanha, pois ressalta que tinha vergonha.

Marilene consegue sair de casa com apoio de uma instituição que acolhe mulheres vítimas de violência com as duas crianças. Ao retornar, não conseguiu se ver livre do homem que a agredia e quem deu um basta na história foram os traficantes da região.

Aqui Marilene relata que recebeu o reconhecimento de outras pessoas de seu papel de vítima. Ela diz que a situação era tão alarmante, que os criminosos do bairro ficaram com “pena” dela.

Quem terminou com a história toda que me deu paz que eu consegui ter um pouco de paz depois foi o pessoal barra pesada da vila porque os próprios chefões do tráfico viam aquilo e viam eu com duas crianças passando muito trabalho era muita briga era muita coisa e eu não pedi ajuda pra ninguém eles ficaram com pena e eles chamaram ele e deram 20 minutos pra ele sair de dentro da vila (transcrição: Marilene, p. 2, linha 67-71)

É possível que os traficantes tenham se sensibilizado com o problema de uma moradora do bairro, porém é comum que os criminosos procurem interromper qualquer situação que chame a atenção das autoridades para a região.

Assim como as demais ações de Marilene, a escolha de ter procurado outro meio que não fosse a violência para resolver o caso de agressão por parte do marido foi construído ao longo da sua trajetória a partir das experiências e da interpretação delas ao longo da vida. Mesmo que ela refira prioritariamente o aprendizado na prisão, as vivências anteriores contribuem para a significação que ela dá aos eventos cotidianos. Ela própria refere várias vezes que só é possível ser a pessoa que é hoje por causa do que passou. O acesso a esses elementos construídos durante toda a trajetória da entrevistada foi possível pela escolha do método, baseado no princípio da abertura, e na narração do sujeito que vivenciou os fatos. Segundo Rosenthal (2004), quando o entrevistado é convidado a falar de sua vida de forma geral, independente do tema específico da pesquisa, cria-se um ambiente favorável para aparecerem experiências com significado biográfico para o personagem. Essas informações poderão ser interpretadas de maneira global e relacionadas com a história durante a análise.

A mudança de atitudes de Marilene durante todo o período que está em liberdade tem relação com o que é esperado das mulheres. Dessa forma, ela menciona que deixou de usar de violência, o que a aproximaria novamente ao papel de gênero feminino, que supostamente ela teria rompido ao cometer um assassinato. Aliado a isso, a questão da maternidade é bastante enfocada na entrevista.

5.4.1 Maternidade como forma de demonstrar recuperação

Quando finalmente pôde viver sem a presença do agressor, Marilene destaca a dedicação à maternidade. Além disso ela conta com ênfase que superou as adversidades, dando a volta por cima nos problemas e transformando as situações ruins e em aprendizado. Isso não só em relação à cadeia, mas se referindo a todas suas vivências, incluindo sua infância e adolescência. Marilene relata também que casou com outro homem diferente dos demais e que adotou uma menina com síndrome de down.

A mãe dela morreu eu comecei a gostar e cuidar e o down é movido por amor e eu comecei a dar carinho e ela começou a crescer era extremamente agressiva e eu comecei a dar limite e ela começou a responder e eu comecei a me apaixonar e travei cinco anos na Justiça (transcrição: Marilene, p. 11, linha 370-373)

Nesse trecho, ela destaca a influência na transformação do comportamento da menina que passou de agressiva a amorosa. Da mesma forma, menciona uma situação que teve com o filho mais velho. No final da entrevista, ela fecha o relato, falando sobre um momento que ficou afastada do jovem e que foi acusada de estar ganhando dinheiro para permitir que o menino morasse na companhia de um homem mais velho. Dessa forma, estaria em risco a imagem de boa mãe.

Marilene fala que a situação chegou ao ponto de eles não se falarem, porque ela procurou o conselho tutelar que chamou a Brigada Militar. Como foi contra o uso da força policial, os conselheiros a acusaram de estar tendo ganho financeiro.

Ah eu descobri pelo celular e daí ele veio e me contou. Eu perguntei: O que tá acontecendo aqui? aí ele me contou “ah mãe aconteceu eu tô gostando eu tô apaixonado (5)” aí a minha mente entrou novamente em parafuso, aí veio um turbilhão, aí eu sofri bastante com a ausência dele fora de casa, aí a gente brigou e ficou sem se falar, depois fizemos as pazes e daí eu fui atrás dele e pensei “ah eu vou buscar ele com carinho”, esperava ele na porta do colégio, aí foi assim com carinho que ele voltou (transcrição: Marilene, p. 11, linha 385-390)

Mais uma vez, Marilene lembra que optou por não usar a força para resolver uma situação. Foi, até mesmo, contrária ao trabalho da polícia, pois isso poderia afastá-la do filho. Fica destacado também um conflito, pois ela diz que o problema não era o fato de o filho ser homossexual, mas as pausas, a respiração pesada e olhar baixo ao contar sobre como descobriu através de uma mensagem no telefone que o adolescente estaria se relacionando com um homem demonstra desconforto. Mas a impressão é de que ela procura corresponder o papel esperado das mães, que costumam aceitar os filhos, mesmo os que fogem dos padrões estabelecidos pela sociedade. Marilene também volta a falar em sua “nova atitude”, recuperou o convívio com o filho através do “carinho”. Essa é uma das situações que a diferencia da mãe dela, que a emancipou ainda adolescente e que, segundo Marilene, não fazia questão de sua convivência.

Assim como Marilene, todas entrevistadas mencionam a questão da maternidade. Isso porque se cobra que mulheres tenham um instinto materno. Conforme bibliografia sobre o assunto, é comum que queiram corresponder a isso, já que ainda é conferida às mães espaço respeitável na sociedade, mesmo que tenham ocorrido mudanças culturais nesse sentido. A maternidade é entendida como central na identidade da mulher. Dessa forma, a tendência é a reforçar o desejo de ser uma boa mãe, principalmente na prisão (BARCINSKI; CÚNICO, 2014, p. 65-66).

Da mesma maneira tentam afastar o preconceito, pois o senso comum entende que a conduta criminosa ou violenta incapacitaria o desempenho de papéis de esposa, cuidadora, mãe e marco referencial do lar (RODRIGUES, 2012, p.17). Olga Espinoza lembra que muitas das prisões femininas foram instaladas em conventos, com a finalidade de induzir as mulheres "desviadas" a aderir aos valores de submissão e passividade. Apesar de essas casas prisionais não serem mais gerenciadas por entidades religiosas, ainda existe, segundo a autora, uma necessidade de controlar as mulheres. O objetivo seria encaixá-las em modelos tradicionais, entendidos de acordo com padrões sexistas. Dessa forma, fica acentuado o caráter reabilitador, com intuito de restabelecer a mulher em seu papel social de mãe, esposa (ESPINOZA, 2004, p. 85). Durante o cumprimento da pena são impostos às mulheres valores que compreendem a docilidade e a domesticidade como virtudes (ESPINOZA, 2004, p. 52).

Ao analisar experiências de jovens egressas de serviços de acolhimento institucional, Fernanda Cruz (2015) identificou que o cuidado com os filhos e as maneiras pelas quais as entrevistadas vivenciam a maternidade são “objeto da sua invenção/criação de novas possibilidades de vida” (p. 338, 339).

O processo de estigmatização pelo qual passam as mulheres encarceradas é algo que perpassa toda a sua história. Costuma-se atribuir a elas adjetivos do tipo: más esposas, mães más, mulheres sem alma. Geralmente, quando se pensa em pessoas más, costumamos excluir, dessa definição, as mulheres e, principalmente, mães. No entanto, a mulher delinquente é vista, normalmente, como alguém que possui muita maldade (FRANÇA, 2014, p. 222). A expressão “mulher encarcerada” remete a uma representação individual e derivada de um contexto social, histórico e cultural que atribui à mulher um conjunto de estigmas (RODRIGUES, 2012, p.17). Quando comete um crime, por exemplo, elas estariam assumindo um lugar reservado ao homem, que é mais associado à violação da ordem estabelecida. A resposta social às mulheres que cometeram crimes, portanto, acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223).

Os discursos no Tribunal do Juri analisados na tese de Rochele Fellini Fachinetto, publicada em 2012, também ilustram a expectativa de associação das mulheres à maternidade e à condição de vítimas e naturalmente menos agressivas. A autora analisou os ritos dos julgamentos no Foro Central de Porto Alegre de homens que mataram mulheres e mulheres que mataram homens, buscando entender os aspectos das relações de gênero evocados para fundamentar o trabalho dos agentes jurídicos. Ficou claro que esses papéis de gênero assumem importância central na construção de uma defesa ou de uma acusação tanto de

homens como de mulheres. O fato de um homem não ser o provedor e pai de família é ressaltado em sua acusação, por exemplo, assim como a conduta sexual promíscua das mulheres. Para a autora, a mulher não se adequa a uma imagem criminosa (FACHINETTO, 2012, p. 352-353). A evocação aos papéis de gênero retoma uma dimensão de vitimização das mulheres, associado a um discurso da fragilidade (FACHINETTO, 2012, p. 354).

O assunto é abordado também por outros autores, os quais identificam que, apesar de o direito positivo brasileiro não distinguir entre os sexos, para fins de responsabilidade criminal, nem haver jurisprudência ou doutrina no sentido de isentar a mulher de responder pelos delitos realizados, é possível notar “uma tendência em beneficiá-la, principalmente em função do exercício da maternidade (BREITMAN, 1999, p. 216).

De fato, às mulheres compete a guarda dos filhos e alega-se que, com sua detenção, eles ficariam "a rua", aumentando o problema dos "menores". Como muitos crimes praticados pelas mulheres são considerados menos graves e menos violentos do que os cometidos pelos homens, é comum o abrandamento de suas detenções: os juízes inclinam-se, muitas vezes, pela não decretação ou pelo relaxamento da prisão preventiva (BREITMAN, 1999, p. 216)

Dessa forma, a suposta proteção à mulher se daria pela tendência de tolerância dos juízes, da polícia e da sociedade. Após serem libertadas, as egressas entrevistadas têm o interesse de dizer que estão correspondendo a essas expectativas que foram demonstradas também pelo sistema punitivo. Marilene e as demais pesquisadas relatam que estão cuidando dos filhos e cumprindo a responsabilidade esperada.

Roberta, por exemplo, refere que suas escolhas após a saída do presídio são feitas pensando nos dois filhos. Diferente de Marilene, ela demonstra muita gratidão pela mãe e, inclusive, começa sua narrativa relacionando a própria trajetória com a mãe. Se formos avaliar o sistema de relevância, identificado pela ordem, ênfase e detalhamento de cada período ou situação da vida que Roberta deu destaque, veremos que ela fala muito mais das demonstrações de cuidados com os filhos do que do tempo em que esteve na prisão, traficando ou de sua infância e adolescência. Ela descreve, por exemplo, que a preocupação com a saúde da filha chegou a ser prejudicial para a menina.

Eu era uma mãe muito cuidadosa eu dava muito banho nela muito banho ela pegou pontada quase matei minha filha ela ficou um mês no hospital depois mandaram ela embora quando vê voltou de novo ela quase morreu depois curou ficou quase um mês depois eu cuidava não deixava encostar no chão era muito chata a minha mãe dizia filha larga esta criança tem que deixar ela

ter contato com a terra com as coisa nunca mais nunca mais minha filha quase morreu eu fiquei virada em coro e osso eu não saia do hospital pra nada só para tomar banho e já voltava e hoje em dia ela é muito querida muito carinhosa muito meiga (transcrição: Roberta, p. 3, linha 73-79)

Assim como as outras entrevistadas, Roberta e Marilene deram bastante ênfase nas entrevistas ao lado materno, com destaque para a demonstração de serem boas mães preocupadas com os filhos. Essa avaliação é feita no momento atual da vida delas, pois as interpretações das experiências evidenciadas pelas entrevistadas fazem referência à maneira presente de lidar com o passado e também da forma como foram vivenciadas na época. Assim como o passado se constitui a partir do presente, o presente deve ser entendido como produto do passado e da representação do futuro (ROSENTHAL, 2014, p. 219). Portanto, por meio das entrevistas narrativas biográficas, obtemos informações sobre o passado do falante e também sobre o momento atual e suas expectativas.

As egressas mostraram, especialmente no caso de Marilene, que sofreram mudanças e estão tentando recomeçar a vida fugindo da imagem estigmatizada de violentas, criminosas e ex-presidiárias. Por conta disso, têm interesse em mostrar que estão mais próximas dos estereótipos esperados para o gênero feminino, os quais não incluem esses atributos. Elas expressam que deram essa virada durante as vivências de prisão. Embora tenham passado por situações boas e ruins, pretendem transmitir que a experiência foi transformada em algo positivo por elas. Cada caso individual remonta a realidade social e esclarece algo sobre a relação entre o geral e o individual. Como ele tem origem no geral, também faz parte dele (ROSENTHAL, 2014, p. 90). Portanto, essas são algumas das formas possíveis de viver em liberdade após a passagem pela prisão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como retratou Silvano Santiago (1994) em sua obra *Em Liberdade*, o sujeito que retorna para casa após período enclausurado, volta para um lugar que já não é o mesmo, as pessoas mudaram, o contexto é outro, bem como ele também está transformado em virtude de ter acumulado outras experiências (SCHUTZ, 2012). Para as mulheres que saem da prisão, essa espécie de “confusão” ao se depararem outra vez com o mundo externo vem acompanhada de marcas incrustadas na história biográfica delas durante o tempo em que estiveram atrás das grades. Elas passam, muitas vezes, a reconhecer isso somente quando retomam o convívio social (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, 39).

Entre as mais variadas formas de vivenciar a liberdade, está a busca de um caminho que leve para um lugar longe da prisão, pois as celas fazem lembrar momentos de medo e traumas. Ao mesmo tempo, as grades estão relacionadas à experiência de aprendizado e de lição. Isso não quer dizer que a prisão seja boa e que, dessa forma, cumpra a missão recuperadora. A necessidade de afirmar que mudaram por conta do processo punitivo pode ser uma forma de mostrar que as ex-detentas guardam na bagagem de conhecimento, principalmente, a experiência da estigmatização. E foi através desse prisma que as entrevistadas para esta dissertação contaram suas histórias, tentando comprovar que não se adequam à noção que as pessoas têm do conjunto das presidiárias, muitas vezes associado a uma massa homogênea com atributos negativos (PRIORI, 2011, p. 197). Utilizando o método narrativas biográficas, que tem como fundamentação a sociologia de Alfred Schutz, a qual considera a subjetividade dos personagens, foi possível observar trajetórias de mulheres que estiveram na mesma casa prisional sob o ponto de vista delas próprias, considerando os seus interesses de apresentação, portanto, a maneira como elas querem ser identificadas e compreendidas.

Evidentemente a interpretação que os indivíduos fazem de si e de sua história está relacionada com as vivências do passado e do presente. E esses entendimentos, por sua vez, estão em constante mudança e produção, pois dependem da interação com outras pessoas e com a sociedade como um todo (ROSENTHAL, 2004, p. 49). Conforme Alfred Schutz (2012), as experiências que formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida são como um conjunto de informações coletivamente compartilhadas e internalizadas durante a socialização.

Por isso, o indivíduo pode ser uma porta de acesso para os fenômenos sociais, porque é ele quem os vivencia. Somente com uma metodologia que considera toda a trajetória do ator social é possível compreender as fases da trajetória do sujeito e ficar mais próximo da maneira como ele interpreta os fenômenos, assim como verificar os cursos de ação, que estão ancorados na biografia. O que procuramos fazer nesta pesquisa foi compreender como uma pessoa que teve experiência com violência, criminalidade e passagem pela prisão interpreta a liberdade. Para isso, foram feitas sete entrevistas com mulheres, porque este gênero é menos estudado quando se fala sobre o assunto, apesar de os indicadores mostrarem que a participação delas na criminalidade tem aumentado. Pudemos ver que existem especificidades importantes que já foram analisadas e que, mesmo assim, merecem um olhar mais aprofundado.

Para compreender as individualidades das entrevistadas, foi mantido o princípio da abertura nas entrevistas e na análise. Em razão disso, não fui a campo com hipóteses pré-concebidas. A partir do que as entrevistadas trouxeram de informações é que o enfoque ficou delimitado. Apesar das diferenças entre as pesquisadas, o tema da liberdade foi bastante abordado. Nessa fase, estão projetados todos os planos de uma vida nova para as pessoas que estiveram presas. E nesse período, que estão as expectativas do futuro, praticamente todas as entrevistadas demonstraram necessidade de expressar que eram honestas, que não representavam perigo à sociedade e que, portanto, não iriam reincidir. Ficou clara na análise da narrativa de Marilene (egressa que teve sua biografia escolhida para ser verificada de forma sequencial, utilizando todos os passos do método) que ela explicitava essa recuperação falando que o período da prisão não foi perdido e, sim, um momento de aprendizado que a ajudou a se comportar de forma diferente quando saiu. Outra questão que ficou evidente foi a necessidade de mostrar suas qualidades como mãe. Mesmo que a lição tivesse significados diferentes, assim como a maternidade, esses dois aspectos também estavam nítidos nas demais entrevistas. A hipótese principal para o reforço dos dois itens é que as egressas sentem-se estigmatizadas, embora nem sempre demonstrem isso de forma manifesta. A maneira que encontraram para minimizar o possível preconceito é afirmando que a passagem pela prisão as transformou e elas estão mais próximas do que é esperado para o papel de mulher, incluindo ser boa mãe e não cometer violência.

O resultado do trabalho empírico vai ao encontro do que havia sido levantado para a parte teórica, em que os autores mostram que a estrutura social determina uma série de funções para o homem e para a mulher, como adequadas ou naturais para cada gênero, apesar

de essas atribuições serem diferentes de acordo com a cultura, a classe e o contexto histórico (MARODIN, 1997, p. 9). Segundo a literatura, cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não são para o senso comum compatíveis aos papéis femininos. Isso porque as mulheres são representadas, normalmente, pela passividade e delicadeza (PRIORI, 2011, p. 195). Por esse motivo, um ato de violência estaria mais relacionado aos estereótipos masculinos e, quando a mulher assume esse espaço reservado ao homem, a resposta social acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223). A punição é dupla porque a mulher descumpriu tanto as normas esperadas da divisão dos sexos, como as normas legais, estabelecidas pelo código penal (FACHINETTO, 2012, p. 359; FRANÇA, 2014, p. 223; PRIORI, 2011, p. 195).

Como já foi dito, a adequação ao papel feminino está representada pela maternidade nos discursos das entrevistadas. Isso inclui relatos de cuidado e preocupação com os filhos. A prioridade dada à família é utilizada como demonstração de motivação para não reincidência. Para chegar a ser boa mãe, a entrevistada Marilene expressa que teve que passar por situações adversas, incluindo a violência e a privação de liberdade. De acordo com seu interesse de apresentação, Marilene mudou sua postura de vida somente porque passou dois anos no regime fechado. Segundo ela, caso não tivesse sido presa, trataria os filhos com agressão, assim como sua mãe fazia. Se antes Marilene resolvia os conflitos com violência, depois da experiência de prisão, passou a recorrer a outras alternativas, como ficou demonstrado em sua trajetória de vida.

Muitos autores chegaram a citar o caráter “domesticador” da cadeia feminina, como um local para “enquadrar” as mulheres no papel de gênero, já que elas se distanciaram cometendo o crime que às levou para a prisão. Essa característica é sustentada, especialmente, pelo tipo de trabalho e atividades oferecidos às detentas, muito relacionados com funções tradicionalmente ligadas às mulheres. Contudo, é interessante questionar se as penitenciárias brasileiras se propõem, mesmo que simbolicamente, a isso, ou se reproduzem as mesmas cobranças verificadas do lado de fora. Dessa forma, a prisão seria uma reedição do que a sociedade espera das mulheres, pelo menos nesse sentido.

Ficou claro que as ex-presas ouvidas para essa pesquisa consideram a penitenciária como um lugar “desumano” que produz muitos medos e traumas. A maior parte delas se negou a falar do que causa essa sensação, mas Kely narrou algumas passagens que testemunhou de violência e brigas entre as presas. Tudo isso a aterrorizou a ponto de procurar ficar mais reservada com medo de que algo semelhante ocorresse com ela. Por um lado,

sentia-se ameaçada caso ficasse próximo às presas, por outro as colegas cobravam a presença dela. As duas posturas a colocavam na condição de suspeita de fofocas para carcereiras, o que a deixava em constante sobreaviso.

Apesar dessa noção negativa da prisão, o que chamou a atenção é que todas destacaram uma função de aprendizado. Seja pelo fato de não quererem correr o risco de voltar para lá, seja pelo crescimento pessoal e profissional, que inclui aptidões aprendidas no cárcere. Isso também já foi trabalhado pela literatura. Autores identificaram também a melhora da convivência como uma das lições a partir das vivências com outras pessoas dentro das celas, assim como amadurecimento (LUCENA; IRELAND, 2013; MACHADO; MATOS, 2007). A entrevistada Glória, por exemplo, é uma das que menciona esse significado e faz questão de demonstrar que conseguiu tirar algo de produtivo da prisão, assim como Marilene, que, além disso, ressalta que passou por um autoconhecimento que a fez mudar de comportamento.

É interessante notar as diferenças na interpretação de prisão para as que praticaram assumidamente violência e as que traficaram, por exemplo. Tanto umas quanto as outras falam em lição, mas o significado é diferente. Marilene e Glória, que cometeram homicídio, elaboram isso como um aprendizado pessoal. Deixam transparecer que se arrependem do que fizeram. Elas consideram que mudaram para melhor com a passagem pela cadeia. Já Márcia, Luzia, Kely, Denise e Roberta, condenadas por tráfico, consideram essa lição como a compreensão de que a pena é um castigo, o qual elas não querem correr o risco de pagar novamente. O entendimento é de que a experiência não foi boa e que elas aprenderam que não vale a pena reincidir para não retornar.

Independente do significado da lição, a amostra não confirma a lógica frequentemente trabalhada por parte dos autores de que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”. Mesmo que os entendimentos sejam diferentes, as pesquisadas não expressam em suas narrativas algo relacionado a isso diretamente, o que demonstra a existência de variadas formas de interpretar a vivência na prisão. Contudo, é necessário pesquisar o tema de forma mais profunda e com uma amostra que inclua pessoas não inseridas no mercado de trabalho, por exemplo, ou ainda as que seguem atuando no crime. Segundo o sociólogo francês Loïc Wacquant (2004), as instituições baseadas na força tornam-se, em tese, um ambiente favorável à violência e humilhações, além de contribuir para o agravamento dos atos posteriores. Outros pesquisadores também ressaltam a falta de oportunidade de trabalho como um fator para alguns presos voltarem a realizar atividades ilícitas.

Esta dissertação foi proposta e elaborada com o objetivo de contribuir com a discussão sobre a vivência em liberdade após período de encarceramento, a partir de um método que analisa toda a trajetória de vida dos indivíduos pesquisados, como uma tentativa de entender como foram construídas na biografia as motivações para as ações. Dessa forma, seria possível contrastar biografias para trazer elementos novos sobre os assuntos discutidos. Porém, isso exige que a amostra seja maior e que as entrevistas sejam analisadas integralmente de forma sequencial para ser realizada uma comparação adequada. Nesse sentido, devo continuar estudando violência, crime, prisão e liberdade a partir de experiências de mulheres em minhas próximas produções acadêmicas com o propósito de alcançar esses objetivos.

De todo modo, as considerações trabalhadas levam ao entendimento de que parte das presas entrevistadas quer uma nova oportunidade. E essa outra chance é buscada pelo afastamento da imagem de criminosa ou violenta. O caminho que o grupo pesquisado escolheu para se distanciar do estigma é chamando a atenção para o retorno ao feminino, embora os arquétipos de mãe, esposa e dona de casa nem sempre tenham significados iguais para todas as mulheres. Portanto, isso não quer dizer que todas as presas assumam esses papéis, até porque são práticas cotidianas (PRIORI, 2011, p. 193). No entanto, o que foi possível identificar na amostra de entrevistas é que a maior parte tem o interesse de se apresentar dessa forma. Elas confirmam ainda a máxima de que o preso se vê como alguém que precisa a todo o momento provar à sociedade que “se recuperou”, que com sua “força de vontade” está pronto para enfrentar os desafios (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, 39).

O caráter pedagógico da cadeia indica que seria interessante estimular atividades que proporcionassem o autoconhecimento, a reflexão, assim como cursos e oportunidade de trabalho que não fossem somente relacionadas com estereótipos femininos. Isso ajudaria na possibilidade de diversificar as escolhas e ainda proporcionar o entendimento de que é possível desempenhar outros papéis.

De qualquer forma, a liberdade tem diferentes maneiras de ser vivenciada e todas elas implicam em readaptação, pois ninguém permanece o mesmo após experiências tão fortes como as vividas na prisão. Através do método de pesquisa que coloca luz nas interpretações dos sujeitos, colocando-os como protagonistas, foi possível mostrar um pouco da subjetividade das vivências e as motivações para algumas escolhas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo B. O movimento da criminalidade em São Paulo: um recorte temático e bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, São Paulo, n. 76, p. 5-33, 2.º semestre de 2013 (publicada em julho de 2015).
- ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wania. A justiça no tempo, o tempo da justiça. **Tempo Social**, v. 19, p. 131-155, 2007.
- ADORNO, Sérgio. Ética e violência: adolescentes, crimes e violência. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Violência, identidade e processos organizativos: o forró da bala como cenário de análise**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC, 1995.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel Margarida; ALMEIDA, Helena Nunes de. Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. **Análise Social**, v. 34, n. 150, p. 91-121, 1999.
- ALVAREZ, Marcos César; MORAES, Pedro R. Bodê de. Apresentação do Dossiê – sociologia da punição e das prisões. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 9-13, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/01.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.
- ASSIS, SG; AVANCI, JQ, SANTOS, NC; MALAQUIAS, JV; OLIVEIRA, RVC. Violência e representação social na adolescência no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, 16(1), p. 43-51, 2004.
- BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, v.14, n.2, p. 577-586, 2009.
- BARCINSKI, Mariana. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. **Psico-USF**, 17(3), p. 437-446, 2012.
- BARCINSKI, Mariana, CAPRA-RAMOS, Carine, WEBER, João L. A.; DARTORA, Tamires. O marianismo e vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. **Exæquo**, n.º 28, p. 87-100, 2013.
- BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in) visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, v. 28 (2), p. 63-70, 2014.

- BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. Depois das Grades: um Reflexo da Cultura Prisional. Faculdade Ruy Barbosa. **Psicologia Ciência e Profissão**, 26 (4), p. 582-593, 2006.
- BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2009
- BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Revista de Ciências Sociais (Civitas)**, v. 14, p. 250-271, 2004.
- BICUDO, Hélio Pereira. **Violência: O Brasil cruel sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BITTAR, Daniela Borges; NAKANO, Ana Márcia Spanó; SILVA, Marta Angélica; ROQUE, Eliana Mendes De Souza Teixeira. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes na percepção de mães agressoras. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.14(4), p.771, 2012.
- BITENCOURT, Álvaro Hummes. **Mulheres & sistema prisional: O sentido do trabalho para quem viveu e vive sob égide do cárcere**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais da Pucrs. Porto Alegre. 2012
- BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003.
- BRAGA, Gabriela Mendes. Entre a prisão e o mundão: entrada da sociedade civil no cárcere e reintegração social. **Revista Espaço Acadêmico -Nº 154, Ano XIII** , p. 71-81, Março/2014.
- BRASIL. DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres**, Julho de 2014. Divulgado em 2015
- BRAUNSTEIN, Hélio Robert. **Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**. Dissertação de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007.
- BREITMAN, Miriam Rodrigues. Criminalidade feminina: outra versão dos papéis da mulher. **Sociologias**. Porto Alegre: ano I, número 1, p. 200-223, jan/jun 1999.
- CADEMARTONI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. **SER Social**, Brasília, vol. 14, n. 31, jun/dez. 2012, p. 34-56.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o Tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Edição 9, p. 177-192, maio/2012.

CARVALHO, Flávio de Oliveira. **Desenvolvimento, mulheres e criminalidade: uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na Cadeia Pública de Montes Claros/MG.** Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós - Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, 2007.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A prisão dentro da prisão: uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª região penitenciária do Rio Grande do Sul (Sínteses).** Universidade Católica de Pelotas. Trabalho apresentado na 26.ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro (Bahia), Brasil, 2008.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel Costa. **Enfim, a liberdade: as mulheres e a vivência pós-cárcere.** Recife, UFPE, 2011.

CUNHA, Manuela P. da, Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa, **Cadernos do Centro de Estudos Judiciários**, 1994.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lília Blima; KISS, Ligia Bittencourt; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher. São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11 (Sup), p. 1323-1332, 2007.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão.** São Paulo: Editor: Brasiliense. 1981

GONÇALVES, Leonel Cunha; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. **Psicologia USP**, São Paulo, 23(3), p. 559-584, 2012.

CRUZ, Fernanda. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida. Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. Dossiê: **Partos, maternidades e políticas do corpo Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 326-341, abr.-jun. 2015.

DA MATTA, Roberto. **As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social.** In: DA MATTA, R. et al. A violência brasileira. São Paulo: Brasiliense, p.11-44, 1982.

DAUFEMBACK, Valdirene; DE VITTO, Renato Campos Pinto, In: BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen Mulheres, 2015.

DINIZ, Débora. **Relatos sobre mulheres.** 1ª edição. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2015

DUARTE, Karinne Regis. Oficinas em dinâmica de grupo com mulheres vítimas de violência doméstica: contribuições metodológicas aos estudos sobre violência de gênero. OPSIS : **Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**, vol.11(1), p.111, 2011.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo, IBeCRIM, 2004.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. Tese Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre, 2012.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. In: GROSSI, Miriam Pilar (org) et al, **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. ano 9, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, v. XVIII nº 1; p. 212-227, jul-dez, 2014.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: Teoria e Prática**.7(1), p. 61-79, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. Perspectiva S.A., 1961.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Zahar, 1988

GUÉRIOS, Paulo Renato. **O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferentes escalas**. Campos, vol. 12, v. 1, p. 9-29, 2011.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Ventura e Tomo Editorial, 1999.

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I, julho/2009.

HELPE, Sintia Soares. Mulheres na prisão: Uma reflexão sobre a relação do Estado brasileiro com a criminalidade feminina. Women in the prison: a reflection on the relation of the Brazilian State with female crime. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.2, n.3, p. 160-185, jan-jul/2013.

IPEA. **Reincidência criminal no Brasil**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2015.

JÁUREGUI-BALENCIAGA, Inmaculada; MÉNDEZ-GALLO, Pablo. Pique: Fenomenología de la violencia. **Boletín Científico Sapiens Research**, vol. 1 (2), p. 41-48, 2011.

KIM, J. E.et.al. Criminalidade feminina: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v.8, n.1, 2009.

KÖTTIG, Michaela. **Female Right-Wing Extremism in the Federal Republic of Germany: A Biographical and Familial Perspective** (manuscrito).

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos Análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1999

LEONIDIO, Adalmir. Violência e desigualdade: reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo. **Revista crítica de ciências sociais**, p.85-106, 2012.

LUCENA, Helen Halinne Rodrigues; IRELAND, Timothy D. O. Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan./mar. 2013, p. 113-136. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

MACHADO, Carla; MATOS, Raquel. Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. **Análise Social**, v. XLII (185), p. 1041-1054, 2007.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. Criminalidade feminina: um estudo sobre as particularidades do crime praticado por mulheres. In: De jure – **Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 11, 2008. Disponível em: <http://aplicacao.mp.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101/Criminalidade%20feminina_Magalhaes%5d.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out 2013.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Marlene N. Strey (Org.). **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

MARTINS, Herbert Toledo; OLIVEIRA, Victor Neiva. Crime, criminosos e prisão: um estudo sobre a reincidência penitenciária em Montes Claros – MG. **Rev. bras. segur. pública** | São Paulo v. 7, n. 2, p. 32-48, Ago/Set 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Levantamento da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. 2015.

MINZON, Camila Valéria; DANNER, Glaucia Karina; BARRETO, Danielle Jardim. Sistema prisional: conhecendo as vivências da mulher inserida neste contexto. **Akrópolis**, Umuarama, v. 18, n. 1, p. 71-81, jan./mar. 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ, Tese de Doutorado em Sociologia. 1999.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação" In Michel Misse (org.), **Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Faperj/Revan. Rio de Janeiro. 2008.

MUSUMECI, Barbara. Levantamento sobre mães apenadas do Madre Pelletier. **Mulher e Violência no sistema de Justiça criminal**. Rio de Janeiro. Trabalho e Sociedade - Ano 1 - Nº 2/ dezembro/ 2001. Ministério Público- MP-RS. 2015.

NEDER, Gizlene. **Violência & Cidadania**. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1994.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e uma atualização da Teoria da Prática. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, p. 45-80, 2007.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu** (37), p. 219-246, julho-dezembro de 2011.

PEREIRA, Malila Natascha Da Costa; PEREIRA, Maria Zuleide Da Costa. A violência doméstica contra a mulher. **Revista Espaço do Currículo**, vol.4(1), p.22, 2011.

PEREIRA, Antonio. A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas/ Antonio Pereira. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011

PINO, Angel. Violência, Educação e Sociedade: Um olhar sobre o Brasil Contemporâneo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007.

PIMENTEL, Elaine. **Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. VI Congresso Português de Sociologia. Universidade de Lisboa. 2008.

PRIORI, Claudia. A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 3, n. 4, p. 191-199, jan./jul. 2011.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam** [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Martins, 1953.

RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Mulher e sistema penitenciário: a institucionalização da violência de gênero. In: BORGES, Paulo César C. (org), **Sistema Penal e Gênero Tópicos para a emancipação feminina**, São Paulo, Editora Unesp, 2011.

ROCHA, Alexandre Pereira. **O Estado e o direito de punir: a superlotação no sistema brasileiro. o caso do distrito federal**. Instituto de Ciência Política- Programa de Mestrado. UNB. 2006

RODRIGUES, Maria Lúcia; Coord. **O sistema prisional feminino e a questão dos direitos humanos : um desafio às políticas sociais II**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Ed: PC. São Paulo. 2012

ROSENTHAL, Gabriele. Biographical Research. In Clive Seale, Giampietro Gombo, Jaber F. Gubrium & David Silverman (Eds.), **Qualitative Research Practice**. London: Sage, p. 48-64, 2004.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre, Edipucrs, 2014.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 274-307, jul/dez 2006.

SANTIAGO, Silviano. **Em liberdade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol.21, n.49, p. 227-235. 2011.

SANTOS, Hermílio, SUSIN, Priscila, OLIVERIA, Patrícia. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Revista de Ciências Sociais (Civitas)**. 2014. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152>. Acesso em: 17/01/2015.

STAUDIGL, Michael. On Violence from a Phenomenological Point of View; in Cultures of Violence. **Papers from the 5th Global Conference**. 2004.

STAUDIGL, Michael. **Towards a Phenomenological Theory of Violence: Reflections Following Merleau-Ponty and Schutz**. Hum Stud 30. Springer Science+Business Media B.V. Edited by Jonathan E. Lynch & Gary Wheeler Oxford, United Kingdom, p. 233-253, 2007.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T. R. Wagner; Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, p. 210-222, 2010.

SINHORETTO, Jacqueline. In **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015 Fórum Violência**, 2015

VELHO, Gilberto. **Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas. A questão do novo milênio**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel6/GilbertoVelho.pdf>, Acessado em 26 de agosto de 2015.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. **Estudos Avançados** 14 (39), 2000.

VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein. **Criminalidade e violência no mundo feminino**. Diss. (Mestrado em Ciências Criminais). Pucrs, Fac. de Direito, 2001.

VOEGELI, Carla Maria Petersen Herrlein. **Criminalidade & Violência no mundo feminino**. Curitiba. Juruá Editora. 2003.

WACQUANT, Loïc. A Aberração Carcerária à Moda Francesa. Revista Dados. vol. 47. Produção: **Textos & Formas**, p. 215-232, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2014. Os Jovens do Brasil**. Flacso. Disponível em:
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf,
Acessado em 19 de setembro de 2015.

WELLER, Wivian. **Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise das narrativas segundo Fritz Schütze**. In: Reunião anual da ANPeD, 32, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ANPeD,. p. 1-16, 2009.

WEST, Candance; FENSTERMAKER, Sarah , Doing Difference, **Gender & Society**, 9(1), p. 8-37, 1995.

ZALUAR, Alba. **O contexto social e institucional da violência**, Rio de Janeiro, 2003.

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 1, 1993.